

Revista



auditar

ISSN 2179-7471

Nº 02 # Abril 2011

UNIÃO DOS AUDITORES FEDERAIS DE CONTROLE EXTERNO

MAIS PARTICIPATIVA

- ✓ CATEGORIA INDICA CANDIDATO A MINISTRO
- ✓ AUDITAR: AMIGA DA CORTE EM AÇÃO NO STF
- ✓ CONFIRA O BALANÇO DA ÚLTIMA GESTÃO



UNIÃO DOS AUDITORES FEDERAIS DE CONTROLE EXTERNO

União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) é a associação que representa os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU)

www.auditar.org.br

REVISTA AUDITAR

é uma publicação da União dos Auditores Federais de Controle Externo

ISSN 2179-7471 – Nº 02 # Abril 2011



Coordenação editorial: Ipê Comunicação

Edição: Guaira Flor e Lauro Aires

Textos: Lilian Beraldo, Larissa Ortale, Priscila Mendes e Rodrigo Abreu

Design gráfico: Chica Magalhães

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Athalaia

Artista da Capa: Pablo Frioli, colaborador do Tribunal de Contas da União

05 # ENTREVISTA

Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU avalia a MP nº 520

11 # FATO RELEVANTE

Desastres naturais e os gargalos na fiscalização de recursos públicos

16 # PRESTANDO CONTAS

- Auditar é amiga da corte no STF
- Conheça os bastidores do processo "Indique Seu Candidato a Ministro"
- Balanço do último biênio de gestão

30 # PERFIL

Quem é Rosendo Severo, o candidato dos auditores do TCU

31 # ACONTECE NOS TRIBUNAIS

32 # PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

40 # VIAGEM

Volta ao mundo: um sonho possível

48 # GASTRONOMIA

Aumenta a exigência por bons pratos

54 # VIVA BEM

Meditação é uma boa solução para combater o estresse

58 # RESENHA

As várias Carmens de Bizet

62 # MURAL

64 # ARTIGO

A importância de avaliar os resultados nas auditorias



BRUNA MARA COUTO

BALANÇO DE GESTÃO: INSPIRAÇÃO, SUOR E PACIÊNCIA

A dissertação de mestrado do meu pai foi dedicada a mim nos idos de 1981, mas, honestamente, ainda não a li por inteiro. Há, no entanto, uma frase que me marcou, bem ali, junto da dedicatória: “Uma grande obra é feita de 10% de inspiração e 90% de transpiração”, Thomas Alva Edison.

Essa gestão que se encerra com tantas conquistas também necessitou de muito suor: da diretoria, dos funcionários, de alguns associados mais participativos, de ex-diretores e assessores, de conselheiros fiscais e membros do conselho superior, enfim, de uma grande equipe imbuída de um propósito comum: o crescimento da Auditar.

As principais realizações podem ser conferidas nesta revista (ou no site da Auditar), mas há uma que merece uma menção especial, pois envolveu uma grande quantidade de associados e servidores e ganhou grande repercussão externa: o processo “Indique seu Candidato a Ministro”. Embora alguns aspectos dessa primeira e ousada iniciativa possam ser repensados e aprimorados, a categoria mostrou-se amadurecida para o debate e enormemente satisfeita por participar na escolha de um ministro do TCU, que culminou na eleição de Rosendo Severo dos Anjos Neto, Auditor Federal de Controle Externo com mais de 20 anos de carreira no Tribunal e reconhecida experiência técnica e gerencial.

Essa porta foi aberta e ganhou eco entre entidades parceiras, parlamentares, imprensa e sociedade civil, corroborando mais uma vez a ideia de que a participação social na constru-

ção das instituições republicanas e no desenvolvimento do País é um caminho sem volta. Na visão da Auditar, é assim que se exerce a cidadania e se faz política. E temos orgulho de contribuir com esse processo.

Na mesma linha, a Auditar também iniciou ou reforçou alianças estratégicas com outras entidades representativas, ampliando o movimento da sociedade civil organizada em prol do interesse público, e estimulou ações de controle social, como é o caso do Observatório Social de Campo Grande e do Instituto de Fiscalização e Controle.

Não podemos deixar de homenagear e agradecer ao Ministro Ubiratan Aguiar, que encerra honrosamente mais essa etapa de sua vida pública. Como presidente do Tribunal, muitas vezes esteve “do outro lado da mesa” em negociações de interesse dos associados. Todavia, em tantas outras, lutamos juntos, Auditar e Tribunal, na incansável defesa do controle externo, da Casa, das atribuições essenciais para o exercício da fiscalização dos recursos públicos e da valorização da carreira do Auditor Federal.

Para os novos diretores e conselheiros que assumem com enorme disposição, nossos melhores votos de sucesso. E nosso melhor conselho: união, transparência, independência, participação, dedicação e muita paciência.

Caro Ubiratan, sua marca estará registrada, na instituição e em seus servidores. Que sua caminhada continue cada vez mais repleta de poesia. ●

Cuidado com o “canto da sereia”

Cristiano Eduardo

CRIAÇÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA
DE SERVIÇOS
HOSPITALARES TEM
VÁRIOS GARGALOS.
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS, JULIO
MARCELO DE
OLIVEIRA, DIZ QUE
NOVA EMPRESA PODE
SER BRECHA PARA
DRIBLAR A LEI DE
RESPONSABILIDADE
FISCAL

Pouco antes da virada do ano, o Governo editou a Medida Provisória nº 520, propondo a criação de uma empresa pública de direito privado, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A (EBSERH), que ficaria responsável pela gestão dos 45 hospitais públicos universitários existentes no Brasil. Publicada em 31 de dezembro de 2010, a MP nº 520 encontra-se na comissão de Medidas Provisórias da Câmara



dos Deputados, aguardando o parecer do relator, deputado Danilo Fortes. Até o momento, o texto recebeu 54 emendas. A natureza da EBSEH aproximaria-se muito das características que a Constituição prevê para as empresas públicas que exploram atividades econômicas, tais como Petrobras ou Banco do Brasil. A adoção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de um método licitatório próprio são algumas das práticas que, segundo o governo, poderiam levar a EBSEH a realizar um choque de gestão nos hospitais universitários, e com isso, resolver o problema desse segmento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas a solução não é tão simples quanto possa parecer. Estão em jogo a autonomia universitária, a sobrevivência das atividades de pesquisa, a qualidade do ensino da Medicina, o dilema remuneratório dos profissionais de saúde e a quebra da universalidade do SUS, sem contar, os impactos fiscais e políticos. Por sua vez, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os Ministérios da Saúde e da Educação permanecem ausentes do debate. Em entrevista à Revista Auditar, o presidente da Associação



Cristiano Eduardo

Nacional dos Ministérios Públicos de Contas (AMPCON) e procurador do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Julio Marcelo de Oliveira, esclarece as principais dúvidas sobre a questão e chama a atenção para o “canto da sereia” que seduz médicos, reitores e cidadãos ansiosos por uma solução milagrosa.

O modelo de empresa proposto pela MP nº 520 pode provocar um desequilíbrio fiscal?

O que o governo pretende ao adotar o modelo de empresa pública é que a EBSEH fique fora do limite de pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, eventualmente, do teto remuneratório. Mas isso é uma pretensão. A MP nº 520 dá uma maquiada nessa história ao não prever dotação orçamentária como fonte de receita dessa nova empresa, que seria remunerada pelos serviços que vai prestar aos hospitais universitários. Mas a receita será toda do orçamento das universidades, portanto, orçamento público. Essa proposta pode criar a, médio prazo, um problema fiscal sério. Se for retirada do limite de pessoal, essa parcela da despesa não vai deixar de existir, só não será computada. Do outro lado, ao se retirar a parcela do limite, parecerá que o limite ficou folgado. Isso dará margem para que outras carreiras consigam aumentos salariais ou aumento de cargos. As despesas de pessoal terão margem para crescer e, sendo assim, sofrerão pressão para que cresçam. O limite da LRF previsto em lei será consumido pelos integrantes das carreiras de estado que permanecerem no regime público.

A outra despesa do pessoal contratado pelo regime CLT acabará concorrendo com os gastos de custeio geral, vigilância, limpeza e conservação, material de expediente. Toda essa categoria celetista ficará desprotegida.

A medida proposta resolveria o problema da remuneração dos profissionais de saúde?

Os futuros empregados dessa nova empresa estão sendo seduzidos pelo canto da sereia de que o formato de empresa pública com CLT permitirá negociações coletivas por salários melhores e flexíveis, sem a necessidade de um projeto de lei para tanto. Esses profissionais vão ficar extremamente vulneráveis aos que detiverem o comando da empresa, porque, como celetistas, poderão ser demitidos muito facilmente sem a proteção da estabilidade. Só uma parcela muito pequena de profissionais terá uma remuneração melhor: aqueles médicos que executam procedimentos de alta complexidade, que além de salários, provavelmente, negociarão honorários por cirurgias e tratamentos de alto custo. Outra coisa que não se diz é que, onde se adotaram as Organizações Sociais (OS) e Parcerias Público-Privadas

(PPP), a regra é que esses hospitais são remunerados por um valor em média seis vezes maior do que o SUS paga aos demais hospitais públicos. Isso acontece em alguns estados e municípios brasileiros em que houve terceirização de hospitais públicos, ou seja, em que a secretaria de saúde entrega o hospital para uma OS administrar. Entrega o prédio com os equipamentos e tudo mais. A organização contrata profissionais e a secretaria remunera a OS por produtividade, mesmo modelo de pagamento adotado pelo SUS junto às secretarias de saúde. Ao mesmo tempo, o modelo de gestão da empresa pública deverá ser o mesmo que se observa nos hospitais privados, favorecendo, assim, aqueles médicos que realizam procedimentos de alta complexidade.

Dessa forma, a EBSEH tenderia a reproduzir o modelo orientado a procedimentos, tal qual se observa na saúde privada?

Veremos uma repetição desse modelo atual. Afinal, a EBSEH terá que dar resultado positivo. Haverá contratos de gestão em que ela será avaliada por metas de produtividade. Os que defendem esse modelo de OS, empresa

“
OS FUTUROS
EMPREGADOS
DESSA NOVA
EMPRESA
ESTÃO SENDO
SEDUZIDOS
PELO CANTO
DA SEREIA
DE QUE O
FORMATO
DE EMPRESA
PÚBLICA COM
CLT PERMITIRÁ
NEGOCIAÇÕES
COLETIVAS
POR SALÁRIOS
MELHORES E
FLEXÍVEIS, SEM
A NECESSIDADE
DE UM
PROJETO
DE LEI PARA
TANTO.

pública ou PPP para a saúde, como acontece no município de São Paulo, dizem que é muito mais produtivo. E como se afere a produtividade? Por número de consultas, número de procedimentos. O que não dizem é que essas instituições, para produzirem números exuberantes, deixam de ser universais, passam a selecionar pacientes que se encaixam em um perfil que permitirá números elevados de procedimentos.

Se funcionar bem, o modelo de empresa pública pode resolver o problema dos hospitais universitários?

Não podemos deixar que a universalidade do SUS seja descaracterizada ou deformada por um paradigma de gestão cuja validade não se demonstra, que parte de premissas dogmáticas e falsas, como a de que os profissionais de saúde só trabalham de verdade se estiverem sob a CLT. Como se no Regime Jurídico Único (RJU), eles não pudessem produzir. É certo que os profissionais de saúde fazem parte do problema, mas o problema não é o modelo de gestão, e sim a própria gestão. A saúde é um setor com um nível de corrupção muito alto e a remuneração dos profissionais

de saúde é muito baixa. Há, de um lado, um subfinanciamento da saúde. Do outro lado, estima-se que 40 a 50% do orçamento são desviados em corrupção. E no meio, há profissionais que recebem mal, trabalham em um ambiente físico deplorável, desmotivados e que procuram se defender desse caos trabalhando menos e procurando outra fonte alternativa de receita. A raiz do problema é a saúde não ser a prioridade que todos dizem que é. Se a saúde fosse a prioridade, então, o médico que trabalha 40 horas semanais deveria ser o servidor mais bem remunerado da administração pública. Não deveria ganhar menos que um juiz, um promotor ou um auditor da Receita Federal. Os vestibulares de Medicina são os mais concorridos do país, são as nossas melhores cabeças que vão para lá, e é uma parcela da população que não tem o devido reconhecimento da sociedade.

E como ficam concursos públicos para os hospitais universitários?

Desde a década de 90, não se realizam concursos para os hospitais universitários. Pontualmente, uma ou outra universidade conseguiu alguma coisa. A MP busca

“
A RAIZ DO PROBLEMA É A SAÚDE NÃO SER A PRIORIDADE QUE TODOS DIZEM QUE É. SE A SAÚDE FOSSE A PRIORIDADE, ENTÃO, O MÉDICO QUE TRABALHA 40 HORAS SEMANAIS DEVERIA SER O SERVIDOR MAIS BEM REMUNERADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

um assunto que tem clamor público, o caos da saúde e a situação insustentável dos hospitais universitários. Usa o pretexto de haver um acórdão do TCU, prolatado em comum acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), fixando um cronograma de quatro anos para a realização de concursos públicos e substituição de terceirizados nos hospitais universitários. É bom que se registre que o cronograma foi proposto pelo próprio MPOG e acolhido pelo TCU. Desde 2002, o TCU vinha fixando prazos para que as universidades substituíssem a mão de obra ilegal. Em 2005, já vencendo o terceiro prazo, o MPOG propôs ao TCU uma espécie de pacto em que ele se propunha a regularizar essa situação ao longo de cinco anos. Então, ao final de 2010, os terceirizados já teriam que ter sido substituídos por servidores concursados. Os concursos não foram feitos e a culpa não é dos reitores. A culpa é do MPOG, que se negou a autorizar os concursos, sem dizer o porquê, e no último dia do prazo, em 31 de dezembro, editou uma MP para dizer que está resolvendo o problema dentro do prazo, quando não está.

Depois de instaurada, a EBSEH também deverá realizar concurso...

A EBSEH terá que realizar concurso de qualquer maneira. Se for aprovada, a MP contém um dispositivo que permite à empresa absorver por até dois anos os terceirizados que trabalham no hospital universitário. Dentro desse período, a empresa terá que realizar concurso para o seu quadro permanente de funcionários. Então, o concurso é inevitável. Existem emendas parlamentares tentando perenizar o pessoal terceirizado para que eles sejam efetivados, mas isso viola francamente a Constituição. Tenho certeza de que nem o TCU nem o STF vão concordar com essa perenização.

Existe a possibilidade de replicação desse novo modelo em outras áreas da administração pública?

Se a EBSEH não se presta para resolver o problema dos concursos, qual é a finalidade dela? A não ser fazer com que haja uma mudança de regime jurídico, fazer com que todos esses concursados que seriam pertencentes ao RJU passem a pertencer à categoria celetista. E uma vez que isso seja implementado, o que impedirá que esse modelo seja replicado para outra área da adminis-

tração pública? O primeiro passo lógico seria replicar para os demais hospitais públicos. Como empresa de serviços hospitalares, ela pode estabelecer convênios com hospitais universitários e outras instituições congêneres. Qualquer hospital público, federal, estadual ou municipal pode passar a ser gerido por essa empresa. Sendo assim, por que não criar a empresa brasileira de serviços educacionais, para gerir universidades, ou de serviços penitenciários, para dar mais eficiência à gestão dos presídios? Não vejo limites. O que me parece é que pode existir uma agenda oculta do poder executivo, não desvelada na exposição de motivos da MP. Uma agenda que vem desde 2007, quando foi apresentado o projeto de lei que pretendia criar a fundação estatal de direito privado, que pudesse contratar pelo regime CLT, uma entidade que se guiaria muito mais pelos paradigmas de direito privado. Esse projeto não avançou, encontrou resistência no Congresso Nacional. Então, há um acórdão do TCU, cujo prazo está expirado, o tema é de apelo popular e soma-se a esse contexto a falsa ideia de que com a CLT se resolverá o problema dos hospitais



universitários. Assim, introduz-se o modelo, que se for bem sucedido, poderá ser replicado para outros órgãos públicos. Essa parece ser a agenda oculta do MPOG, de mudar a estrutura da administração pública brasileira, mas de uma forma que não é clara nem é debatida com o Congresso Nacional, órgão que tem legitimidade para fazer essas alterações.

As universidades conseguirão manter sua autonomia no controle dos seus hospitais?

“
**OS CONCURSOS
NÃO FORAM
FEITOS E A
CULPA NÃO É
DOS REITORES”**

É importante que se diga: os hospitais universitários não mais serão geridos pelas universidades. O MS, o MEC e o MPOG invocam o modelo do Hospital das Clínicas de Porto Alegre (HCPA) como um modelo inspirador dessa proposição. O HCPA é ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e embora seja uma empresa pública sob o regime CLT, 2/3 da sua direção são indicados pelo Conselho Universitário. Então, a direção clínica e acadêmica do hospital é da universidade. Por sua vez, do jeito como está, a MP nº 520 não garante nada de autonomia das universidades sobre seus hospitais. Fica tudo para o contrato de gestão. Os administradores de cada hospital não serão indicados pelo Conselho Universitário, mas sim pela própria empresa. Podem ser quaisquer executivos, podem ser indicados pelo senador daquele estado, ou pelo deputado da base aliada. É um tremendo golpe contra a autonomia universitária na área da saúde.

Essa perda de autonomia pode causar algum impacto na qualidade do ensino?

Os hospitais universitários vão passar a funcionar como

unidades de assistência ao ensino, que é a categoria dada aos hospitais-escola que atendem uma universidade que não tem hospital próprio. Esse é considerado um modelo inferior de ensino em saúde, porque os professores da universidade não estão dentro do hospital. Quem orienta os alunos são preceptores, médicos do hospital que supervisionam os alunos, mas que não são os professores. Existe uma diferença reconhecida no meio da saúde de que a qualidade dessa forma de ensino é inferior. Todos os hospitais universitários serão rebaixados a isso. Não são mais os professores de medicina que estarão dentro do hospital universitário conduzindo os trabalhos, será a EBSERH. A pretexto de se resolver a terceirização da mão de obra ilegal, o governo resolveu terceirizar o hospital inteiro.

Como as universidades se posicionam sobre essa questão?

Até onde fui informado, há uma certa neutralidade dos reitores, que necessitam de uma solução para o grave problema da terceirização. Imagino a situação deles. O TCU ano a ano fazendo determinações para que o problema seja resolvido, pressionando, multando, alguns reitores com

Cristiano Eduardo



contas julgadas irregulares. O Ministério Público movendo ações, o Ministério Público do Trabalho pressionando também. Com essa situação incômoda há muitos anos, eles se voltam ao MPOG solicitando autorização para realização de concursos e não recebem a autorização. Então isso vai introjetando na mente das pessoas a ideia de que a alternativa de cumprir a Constituição e realizar concurso por RJU, que seria o normal, não existe. O que existe é um sério

problema que precisa de solução. Então, o MPOG, que não permite a solução normal, cria uma solução mágica que é essa MP. Em sua maioria, os reitores não são defensores dessa medida, mas querem resolver o problema, e isso é passado para eles como uma solução que vai, inclusive, tirar a pressão pessoal que existe sobre eles. As instituições de controle pressionam os reitores para que eles cumpram a lei, mas o órgão que tem que autorizá-los a cumprir a lei não o faz. O reitor fica ali como um marisco, entre a onda e o rochedo. Chegou-se a comentar que o modelo atual empurra os reitores para a ilegalidade. Não é verdade. O MPOG empurra os reitores para a ilegalidade, porque não autoriza os concursos. E como a ilegalidade é uma situação tremendamente desconfortável para as pessoas de bem, essa MP seduz porque se apresenta como uma saída legal. Quanto à relação entre a universidade e a empresa pública, passam para eles que não haverá problema, não haverá perda de autonomia, haverá mecanismos de garantia, um contrato de gestão. A resposta dos reitores, a meu sentir, é muito tímida ainda, mas eu compreendo que eles estão em uma circunstância histórica bastante desfavorável. 🌐

AVANÇO NA TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS

CARTÃO DA DEFESA CIVIL PROMETE REDUZIR A DEMORA E A BUROCRACIA QUE INVIABILIZAM RESPOSTAS RÁPIDAS EM CASOS DE TRAGÉDIAS. INICIATIVA TORNA O DÉBITO TRANSPARENTE E PROMETE FACILITAR O TRABALHO DO TCU

Todo início de ano, os brasileiros assistem – em alguns casos, vivem – mais um capítulo de uma longa história de tragédias. Com as chuvas fortes, típicas do verão, inundações e deslizamentos viram manchetes em todos os jornais. Mudam os cenários e os números, mas os desastres ambientais se repetem.

Em meio a um cenário de destruição e caos, estados e municípios buscam ajuda financeira da União para conseguirem se reerguer. No início de abril, o governo anunciou a criação do Car-



Valter Campanato/ABr

tão da Defesa Civil, cujo intuito é reduzir a demora e a burocracia que inviabilizam respostas rápidas em casos de tragédias como as chuvas que atingiram a região serrana do Rio de Janeiro no começo deste ano. O plano do governo é iniciar o uso do cartão em maio.

Além de desburocratizar o acesso aos recursos, o cartão também permitirá, segundo o governo, maior acompanhamento e fiscalização dos recursos, uma vez que o acesso aos extratos do cartão será público – como já é feito com os cartões corporativos, usados por funcionários de órgãos do governo federal para efetuar pequenas compras com dinheiro público.

O novo instrumento pode ser visto como um avanço na questão da transparência dos gastos públicos em momentos de desastres, na opinião do auditor federal de controle externo Bruno de Souza Machado. “Um cartão como esse torna o débito transparente. É um ganho no controle uma vez que vai ficar mais fácil saber onde estão sendo gastos os recursos repassados pela União”, defendeu.

Coordenador da auditoria operacional no Sistema Nacional de Defesa Civil, concluída em 2010, ele afirma que a sistemática antiga, analisada pelo TCU, não era

Fábio Rodrigues Pozzebom/ ABr



“É UM TRABALHO QUE VAI ALÉM DA SIMPLES IDENTIFICAÇÃO DO PONTO FÍSICO. COM O MAPEAMENTO DE RISCO PODEMOS APLICAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM OBRAS PREVENTIVAS; ELAS SÃO MAIS CARAS, MAS OS RESULTADOS, EM MÉDIO E LONGO PRAZO, CAUSAM UMA GRANDE ECONOMIA”

HUMBERTO VIANA

Secretário nacional de Defesa Civil,

um empecilho à transferência de recursos em tempo razoável. Segundo ele, os recursos ficam disponíveis a partir da publicação da medida provisória pelo governo. Para ter acesso a esses recursos, entretanto, estados ou municípios precisam apresentar uma série de do-

cumentos que comprovem a situação de emergência e um plano de trabalho para reconstrução.

Ele aponta, ainda, a existência de “fragilidades”, detectadas a partir da auditoria, que atrasam a liberação efetiva dessa verba. “Por parte

da União, o problema é o número reduzido de pessoal. Faltam técnicos no Ministério da Integração Nacional que possam analisar os processos de estados e municípios em situação de emergência”, explica.

Já no caso de estados e municípios, os problemas se ampliam. “Há municípios que não têm sequer coordenação de Defesa Civil e, quando ocorre um desastre, têm de correr para montar uma equipe. Esses municípios, em geral, não sabem o que fazer para receber os recursos e desconhecem a legislação sobre o tema. Ou seja, quando eles conseguem se organizar e, enfim, enviar os documentos necessários para liberação de recursos do governo federal, esses processos chegam cheio de erros”, afirma o auditor. Segundo ele, essas lacunas prejudicam o andamento dos processos e, conseqüentemente, atrasam a transferência de recursos. Segundo relatório da auditoria, o período médio entre a ocorrência do desastre e a efetiva transferência de recursos é de 90 dias.

Há ainda a dificuldade e a demora dos municípios em utilizar o dinheiro recebido. Segundo o auditor, com base na análise de extratos das contas correntes de cidades afetadas por desastres, o dinheiro enviado pelo gover-

no chega na conta, mas fica parado por um bom tempo. “Os municípios não estão estruturados para gastar. Eles não têm projetos bem definidos e estruturados. Então, o dinheiro chega na conta, mas demora a sair.”

Segundo ele, é preciso chegar a um novo modelo de controle: não tão rígido – a ponto de atrapalhar a transferência de recursos – nem tão simples, que permita gerar desvios.

CHUVAS NO RIO DE JANEIRO

No início deste ano, a região serrana do Rio de Janeiro foi atingida pelas fortes chuvas de verão. Deslizamentos de terra causados pelas enxurradas deixaram mais de 900 mortos e milhares de desabrigados. Cidades como Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis e Sumidouro foram atingidas e, ainda hoje tentam, se reerguer. É preciso não apenas reconstruir, mas dar dignidade e cidadania a uma parcela da população que perdeu tudo: casa, documentos e, em muitos casos, a própria família.

Se quiser dar fim a essa sequência de episódios trágicos,

Valter Campanato/ABr



o Brasil precisa atuar no planejamento, monitoramento e na elaboração de planos preventivos para serem usados em desastres ambientais. De acordo com especialistas, o país já tem conhecimento técnico suficiente para assumir a tarefa de evitar novas mortes. O que falta, agora, é mudar a percepção da população. “É uma questão de evolução: é preciso mudar a tolerância da sociedade brasileira em relação à perda de vidas humanas”, defende a geóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB) Noris Diniz.

“No Brasil, persiste a falsa ideia de que – por não termos terremotos, atividade vulcânica ou tsunamis – não

é preciso estudar a geologia. As pessoas esquecem que enchentes e deslizamentos de terras também são desastres ambientais que podem ser estudados e suas consequências, minimizadas”, analisa Noris Diniz.

Segundo ela, falta no Brasil um sistema de alerta integrado que possa monitorar e emitir comunicados à população, em casos de risco. O primeiro passo para tirar esse sistema do papel é o mapeamento geológico que deve ser feito em escalas adequadas e compatíveis, de maneira oficial, em todas as áreas de risco. “Os riscos afetam não só as áreas urbanas, mas toda a infraestrutura nacional em termos de ro-

dovia, linhas de transmissão, oleoduto, refinarias, portos. Todas essas obras geram alterações que devem ser consideradas pela geologia. Há muitas ‘deseconomias’ em obras de infraestrutura por causa de acidentes geológicos”, cita a especialista.

De acordo com o secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana, o governo já começa a atuar nessa frente. A preocupação, agora, é descobrir onde estão os principais pontos de risco do país. Segundo ele, um estudo está sendo feito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para mapear essas áreas. “É um trabalho que vai além da simples identificação do ponto físico. Com o mapeamento de risco podemos aplicar os recursos orçamentários em obras preventivas; elas são mais caras, mas os resultados, em médio e longo prazo, causam uma grande economia”, explicou. O secretário não deu detalhes de quanto tempo será necessário para concluir esse trabalho.

Noris afirma que há, no Brasil, 130 municípios com áreas de risco. Essas localidades apresentam comportamentos hidrológicos, meteorológicos, geológicos e geotécnicos completamente diferentes – o que eviden-

MOBILIZAÇÃO DA DEFESA CIVIL

De acordo com o secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana, o Brasil dispõe, hoje, de tecnologia suficiente para fazer o trabalho de prevenção de desastres naturais. Segundo ele, o que ocorre, na prática, é que esses equipamentos e essas tecnologias não estão integrados ao Sistema Nacional de Defesa Civil.

Para resolver esse problema, ele afirma que o governo está trabalhando em três grandes frentes. A primeira é a criação de um Centro Nacional de Prevenção e Desastre – que concentraria todas as informações de órgãos militares e não militares para que as ações possam ser feitas com antecedência aos eventos.

Ele destaca também a importância do treinamento e da capacitação dos agentes da Defesa Civil nos estados e municípios. “Temos que tirar do imaginário que poupar vidas é só fazer obras de pedra e cal. É necessário fazer treinamentos para que as pessoas estejam preparadas para as diversas situações”, alerta.

Por último, o secretário cita a necessária aproximação do governo federal com estados e municípios. “Não podemos ficar isolados, a comunicação é muito formal, isso precisa mudar. Cabe aqui uma descentralização da Defesa Civil Nacional com escritórios regionais, que facilitem esse contato”, defendeu.

cia, segundo ela, a necessidade de estudos aprofundados e de uma integração entre as várias áreas do conhecimento.

A especialista da UnB cita ainda a necessidade de elaborar um estudo de correlação entre chuvas e deslizamentos. “Com a participação multidisciplinar integrada de hidrólogos, geólogos e geotécnicos, para obter subsídio aplicados a cada região específica do país”, defendeu. Esse estudo demonstraria a partir de que nível as chuvas, em determinada região, começam a apresentar riscos para a população.

Outra parte fundamental na busca por minimizar problemas com desastres naturais está na comunicação com a população – que precisa ser rápida, eficiente e feita em linguagem acessível – e na elaboração de um plano preventivo que seja apresentado às comunidades. “A população precisa ser treinada e capacitada para saber como proceder em cada nível de alerta. É isso o que acontece nos países que conseguem salvar vidas como Cuba, que não tem recursos financeiros, mas não tem registros de mortes, como a China, a Itália, o Japão e a Austrália”, defende Noris.



ENTENDA O QUE ACONTECEU NA SERRA FLUMINENSE

O fenômeno que atingiu as cidades serranas do Rio de Janeiro é conhecido, entre os geólogos e especialistas em desastres naturais, como corrida de massa. Com a chuva, a água infiltra-se no subsolo das regiões caracterizadas por vales e modifica as condições naturais do solo. A grande quantidade de água satura o solo e faz com que blocos de rocha e outros detritos se desprendam e desçam pelos morros arrastando tudo o que encontram pela frente, de vegetação a construções de grande porte.

“Quando o solo atinge essa saturação e começa essa corrida de massa, ela vem em forma de avalanche”, destaca a especialista, afirmando que o fenômeno é cíclico e volta a ocorrer depois de alguns anos.

Segundo ela, a região serrana do Rio de Janeiro já havia registrado o mesmo fenômeno em 1987 e em 1967. “Então, era previsto que esse movimento voltaria a ocorrer e poderiam ter sido adotadas medidas preventivas mais efetivas que tivessem chegado à população e às comunidades”, afirma Noris.

De acordo com a especialista, essas áreas já eram conhecidas por serem depósitos de sedimentos de antigas corridas de massas. “A população ocupa antigos depósitos de corrida [de massa], ou seja, essas pessoas estavam em trajetória suscetível de ocorrência de novos fenômenos”, diz a especialista, lembrando que há várias questões que também precisam ser discutidas como o déficit habitacional, o crescimento acelerado das cidades, além da ocupação desordenada e irregular de áreas vulneráveis, onde a população de baixa renda, expulsa das áreas centrais da cidade, vai morar por não ter alternativa. ●

DOIS ANOS DE ATIVIDADE

A DIRETORIA DA AUDITAR NO ÚLTIMO BIÊNIO PAUTOU-SE PELA PARTICIPAÇÃO EM TEMAS DE INTERESSE PÚBLICO E PELA DEFESA DA CARREIRA DE AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

Os últimos dois anos foram muito movimentados para a União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar). Com atuação mais técnica, comunicativa e diversificada, a diretoria da Auditar, liderada pela presidente Bruna Mara Couto, empreendeu ações de defesa da carreira e do controle externo, promoveu

diversos eventos técnicos, reformulou sua estrutura administrativa, ampliou canais de comunicação com os auditores e com a sociedade, e investiu em benefícios para seus associados.

“Auditar: participativa e independente” tornou-se o slogan da associação. Atuante na discussão de questões de impacto político e

social para o país, a Auditar valorizou a carreira do auditor federal de controle externo e cumpriu sua missão de zelar pelo interesse público. Debates sobre questões como o processo de indicação de ministros para o Tribunal de Contas da União (TCU), Lei Orgânica Nacional para o Controle Externo e Conselho Nacional dos Tribunais de

Contas são alguns dos temas que mais mobilizaram a associação e os auditores.

“Defendendo o controle externo e se posicionando como referência diante desses temas relevantes para a fiscalização da gestão pública, a Auditar fortalece a carreira de auditor e contribui para o país”, afirma Bruna Mara Couto.



Bruna Mara Couto, presidente da Auditar, com os diretores Claudio Avellar e Carlos Alberto Guimarães durante o lançamento da Revista Auditar

CADA VEZ MAIS BENEFÍCIOS PARA OS ASSOCIADOS

Simultaneamente, a Auditar ampliou o cardápio de benefícios para seus associados. São quase 60 marcas conveniadas nos segmentos automobilístico, lazer, eletrodomésticos, educação e ensino, imóveis, gastronomia, entre outros. A partir de maio de 2011, entram em vigor o Cartão Auditar e o *Call Center* que prestará atendimento gratuito sobre todos os con-

vênios da entidade. Novas marcas vêm sendo permanentemente agregadas ao repertório da Auditar.

Os associados também têm direito ao serviço de consultoria jurídica, prestado pelo escritório Costa Couto. O pacote contratado pela Auditar inclui oito atendimentos por mês à disposição dos auditores.

REESTRUTURAÇÃO SUSTENTÁVEL

Durante o período 2009-2011, todas as iniciativas foram realizadas de maneira transparente e sustentável. Ao final da gestão, os diretores de Comunicação, Carlos Alberto Guimarães, Prerrogativas Profissionais, Almir Serra Martins Menezes Neto, Jurídico e Parlamentar, Claudio Avellar, e a presidente Bruna Mara Couto deixam a Auditor reestruturada, com uma agenda positiva e com superávit de aproximadamente 80% nas reservas da associação.

AUDITAR MAIS PERTO DE VOCÊ

A Auditor investiu em imagem institucional e no relacionamento com os públicos interno e externo. Um conjunto de ações integradas de comunicação resultou em maior popularidade e proximidade junto aos auditores do TCU e à sociedade.

- **Reformulação da marca** – a ação foi feita com o objetivo de mostrar uma nova era, um novo momento da associação, que passaria a ter um perfil mais técnico, ativo, comunicativo, transparente.
- **Renovação do site** – Com um novo desenho, o site ficou mais conciso e interativo. Novas funcionalidades foram adicionadas à página, que passou a estar integrada com o Twitter e o Facebook. O número médio de visitas por mês passou de 4 mil para 20 mil, um aumento de 400%.
- **Campanha Auditor Responde** – Os programas de rádio da Campanha Auditor Responde têm sido veiculados nas rádios CBN e BandNews nos horários de maior audiência. Inicialmente, a veiculação foi feita apenas no Distrito Federal, mas com a repercussão do processo Indique Seu Candidato a Ministro, a campanha foi levada à rede nacional da CBN.
- **Lançamento da Revista Auditor** – Com visual moderno e conteúdo da mais alta qualidade, a 1ª edição foi lançada em dezembro de 2010 com tiragem de 2.000 unidades.



Fotos: Cristiano Eduardo

Auditores do TCU prestigiam lançamento da Revista Auditor



Lançamento da revista Auditor: ministro Augusto Nardes, jornalista Lucio Vaz, ministro-substituto Weder de Oliveira e ministro Ubiratan Aguiar



Auditores participam do I Encontro Técnico da Auditor com o TCU

Atletas cidadãos comemoram o sucesso da Corrida Venceremos a Corrupção



EVENTOS TÉCNICOS

- **Encontro para discussão dos novos critérios e impactos da Avaliação de Desempenho no TCU** – julho/2009 – Realizado no Auditório Ministro Pereira Lira.
- **Seminário Técnico da Auditar – Controle de Obras Públicas – Avanços e Desafios** – agosto/2009. Evento realizado na Câmara dos Deputados, em momento de destaque para a fiscalização das obras públicas no cenário político. Contou com a participação do ministro José Jorge e auditores do TCU, representantes do DNIT, Ibraop, ABCE, SINAENCO, Câmara e Senado.
- **III Congresso Nacional da Auditar – A Eficácia Social do Controle Externo** – novembro/2009. Todos os temas da programação foram escolhidos a partir de ampla consulta a associados e dirigentes do TCU, seguindo o lema de campanha da gestão: participação. Os resultados do Congresso pautaram ações da diretoria.
- **Encontro Técnico da Auditar com o TCU – Debates preliminares para a formulação do Estatuto Nacional do Controle Externo da Administração Pública** – agosto/2010. Encontro com apresentação das ideias do grupo de estudos, com o objetivo discutir assuntos relevantes, como a criação do CNTC e Lei Orgânica Nacional para o Controle Externo.
- **Seminário Desafios do Poder Legislativo** – março/2011 – Evento realizado no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, a partir da parceria entre Auditar, Aslegis, Alesfe e Sindilegis. Contou com a participação de acadêmicos, parlamentares, jornalistas e do ministro José Múcio, como palestrantes. O público do evento era formado, basicamente, de servidores públicos e estudantes que discutiram temas como: o sistema eleitoral e partidário; representação política; função fiscalizatória do Legislativo e qualidade da democracia; carreira parlamentar e cultura cívica; política. 🌐

TRABALHO DE EQUIPE

Com uma agenda tão intensa, pouco poderia ter sido realizado sem um verdadeiro trabalho de equipe, com a união de pessoas motivadas e proativas. Destaca-se a fundamental colaboração de diretores, ex-diretores, membros do Conselho Fiscal e do Conselho Superior, associados atuantes e funcionários:

- Bruna Mara Couto – Presidente
- Almir Serra Martins Menezes Neto – Diretor de Prerrogativas Profissionais
- Carlos Alberto Araújo Guimarães – Diretor de Comunicação Social
- Claudio Cesar de Avellar Junior – Diretor Jurídico e Parlamentar
- Antônio Moreno Macena de Menezes, Erivan Carlos de Carvalho e Leônidas Sá Antunes Mourão Junior – membros do Conselho Fiscal
- Manuela Faria – Ex-Diretora de Prerrogativas Profissionais
- Michelle Glória – Ex-Diretora de Comunicação Social
- José Jardim – Ex-Diretor de Controle Externo
- Marco Aurélio Gabardo – Ex-Diretor Administrativo e Financeiro
- Wederson Moreira – Ex-Vice-Presidente
- Marcelo Aragão – Suplente
- Lucieni Pereira – Ex-Assessora de Defesa Profissional
- Roberto Victor – Assessor Jurídico
- Henrique Ziller, Glória Merola, Marcelo Amaral e Milson Nascimento – membros do Conselho Superior
- Ana Cristina Marçal – Gerente da Auditar
- Leonardo Araújo – Assessor de Comunicação
- Flaviana Santos – Gerente Administrativa
- Bruna Rodrigues – funcionária
- Liliane Miranda, Andréa Fassina, Guilherme Santos – Ex-Funcionários
- Diógenes Corrêa, Mário Bertuol, Carlos Ferraz, Abenathar Araújo e Josir Alves – membros do grupo de estudos

“Concluimos essa gestão com o sentimento de dever cumprido. Alcançamos conquistas importantes para a associação, participamos de debates técnicos e políticos de relevância nacional, elevamos a imagem do auditor do TCU e tornamos a Auditar conhecida. Ainda há muito para fazer e esperamos que a próxima gestão promova maior crescimento para a Auditar.”

BRUNA MARA COUTO, *presidente*

AUDITAR COMO AMIGA DA CORTE NO STF

DECISÃO
AMPLIA O
ALCANCE DA
ATUAÇÃO DE
AUDITORES
PARA OUTRAS
INSTÂNCIAS
ALÉM DO TCU

Em outubro de 2010, a União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) ingressou com pedido de *amicus curiae* ou “amiga da corte” junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A associação foi aceita como parte interessada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 3889, que denuncia a prática adotada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO) e por outros tribunais, que determinam que prefeitos e governadores retirem da receita corrente líquida (RCL) o imposto de renda (IR) dos servidores estaduais e municipais, ferindo assim a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em decorrência dessa prática inadequada, a despesa total com pessoal acaba sendo registrada pelo valor líquido da folha de pagamento. Em desacordo com a LRF e demais normas da legislação vigente, a medida aumenta de forma irregular a capacidade de gasto com pessoal e subavalia o principal parâmetro de apuração dos limites fiscais de estados e municípios. Como a questão das finanças públicas está sujeita a normas gerais – por força do artigo 163 da Constituição, que se aplica igualmente à União, estados, Distrito Federal e municípios –, tal método irregular, adotado por estados e municípios, poderia pas-

sar a valer também para a União. Esse cálculo equivocado afetaria de forma drástica os cofres da União que, somente em 2009, registrou despesa bruta com pessoal de R\$ 167 bilhões.

“Os auditores do TCU atuam sempre nos casos concretos a eles destinados dentro do tribunal. Porém, quando a Auditar conquista participação em processos de controle de constitucionalidade que tratem dos gastos públicos, amplia o alcance da atuação de seus associados, inclusive para fora dos muros do TCU”, comenta o advogado da Auditar, Juliano Costa Couto. Ainda no mesmo mês, a Auditar solicitou novamente ao STF ingresso

como *amicus curiae*, desta vez, junto ao Mandado de Segurança nº 28.584, referente ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, tema tratado na primeira edição da Revista Auditar. Até o momento, o ministro relator Ricardo Lewandowski não se manifestou sobre a solicitação da Auditar.

UMA QUESTÃO MAIS CULTURAL QUE JURÍDICA

Desde março de 2010, a Auditar tenta ingressar como *amicus curiae* em processos julgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas a Corte de Contas, até o momento, vem se man-

tendo resistente a quaisquer colaborações externas que visem a contribuir democraticamente para as decisões do Tribunal. Um ano após o indeferimento do ingresso da Auditar como *amicus curiae* no processo TC-030.632/2007-5, a Revista Auditar refaz a pergunta: por quanto tempo o TCU resistirá à participação social em seu processo decisório?

Alegando incompatibilidade com a jurisprudência da Casa, em despacho de 24 de março de 2010, o relator do processo que tratava da aplicação do teto remuneratório não aceitou o ingresso da Auditar como amiga da corte. Segundo o relator, a inexistência de previsão no regimento interno do TCU para a aplicação desse instituto foi fator decisivo. Em segunda ocasião, a Auditar solicitou ingresso como *amicus curiae* junto ao processo TC 023.986/2007. Do mesmo modo, o pedido negado. “O *amicus curiae* vem sendo cada vez mais adotado e interpretado como um instituto nobre, seguindo uma tendência mundial de democratização dos debates. O TCU poderia pensar em rever seu regimento interno, passando a admitir esse instituto em seus processos”, afirma o advogado da Auditar, Juliano Costa Couto.



Divulgação

Juliano Costa Couto, advogado da Auditar: TCU deverá permitir *amicus curiae*

As decisões do TCU têm ampla repercussão nacional. Conforme o regimento interno do tribunal, em um processo de consulta sobre a aplicação de leis e normas referentes ao controle externo, a resposta da Corte tem força normativa e constitui prejulgamento da tese, ou seja, gera impacto sobre todos os cidadãos ou instituições que estejam submetidos às leis ou normas que forem objeto da consulta. Por outro lado, independentemente da natureza do processo, as deliberações do TCU servem de referência para os demais tribunais de contas estaduais e municipais,

Apesar disso, não é no TCU, mas em outros tribunais de contas, que se encontra abertura ao *amicus curiae*, como ocorre no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), cujo regimento interno e lei orgânica, apesar de ainda não preverem formalmente a adoção dessa prática, não se tornaram obstáculo para o exame de um caso concreto. Em sessão de 2 de setembro de 2009, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foram aceitos como amigos da corte no processo nº 661972, de relatoria do conselheiro Antônio Carlos Andrada. Conforme explica o assessor jurídico do TCE/MG, Leonardo de Araújo Ferraz, embora tenha ocorrido de maneira excepcional, a ado-



Saulo Cruz

Regimento interno do TCU ainda não permite solicitações de *amicus curiae*

ção mais sistemática do instituto jurídico pelo TCE/MG depende principalmente de normatização, inclusive em nível operacional, e de uma mudança de cultura.

A postura da corte estadual já é um primeiro passo para a viabilização dessa transformação. Afinal, como informa o advogado da Auditar, Juliano Costa Couto, “qualquer órgão pode aceitar *amicus curiae*, não há proibição”. No

Poder Judiciário, a figura do “amigo da corte” já é aceita no Supremo Tribunal Federal (STF), por previsão legal, e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando existe o entendimento de que a decisão sobre determinado processo repercutirá sobre terceiros. “Ainda que hoje o TCU não admita *amicus curiae* em seus processos, não há como fugir disso. Se não for agora, será daqui a um ou dois anos”, estima Juliano Costa Couto.

Fique por dentro

Amicus curiae ou amigo da corte é um instituto jurídico utilizado quando uma terceira parte, que não o autor ou o réu, manifesta interesse e passa a integrar um processo, tendo inclusive o poder de influenciar a decisão do juiz ou da corte julgadora. Isto ocorre quando a complexidade do processo torna necessário o suporte de especialistas, ou quando existe a possibilidade de a decisão atingir terceiros direta ou indiretamente. Por isso, o *amicus curiae* é muito utilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual cabe o papel do chamado controle abstrato de constitucionalidade. Leis ou atos públicos federais, estaduais ou municipais podem ter sua constitucionalidade questionada junto ao STF, cujas decisões passam a valer não apenas para o caso concreto que tenha originado o questionamento, mas para toda a sociedade. ●

MAIS REPRESENTATIVIDADE

AUDITAR CONDUZ PROCESSO DE
INDICAÇÃO DE NOME TÉCNICO PARA A
VAGA DO MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

No primeiro trimestre de 2011, a Auditar entrou para o cenário político nacional ao conduzir o processo Indique Seu Candidato a Ministro. Os auditores federais de controle externo organizaram-se para eleger e indicar à Câmara dos Deputados um nome como sugestão para o preenchimento da vaga do próximo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), que ficará aberta em julho com a aposentadoria de Ubiratan Aguiar. Após um mês de votações em primeiro e segundo turnos, no dia

31 de março, o auditor Rosendo Severo dos Anjos foi escolhido pela categoria entre os quatro finalistas, com 43,6% dos votos.

A ideia da indicação de nomes pelas entidades de classe foi sugerida no final do ano passado pelo próprio ministro Ubiratan, então presidente do TCU, em entrevista publicada na primeira edição da Revista Auditar, de dezembro de 2010. Como representante dos auditores federais de controle externo, a Auditar decidiu iniciar um processo eleitoral, que conta com o apoio de inúmeras

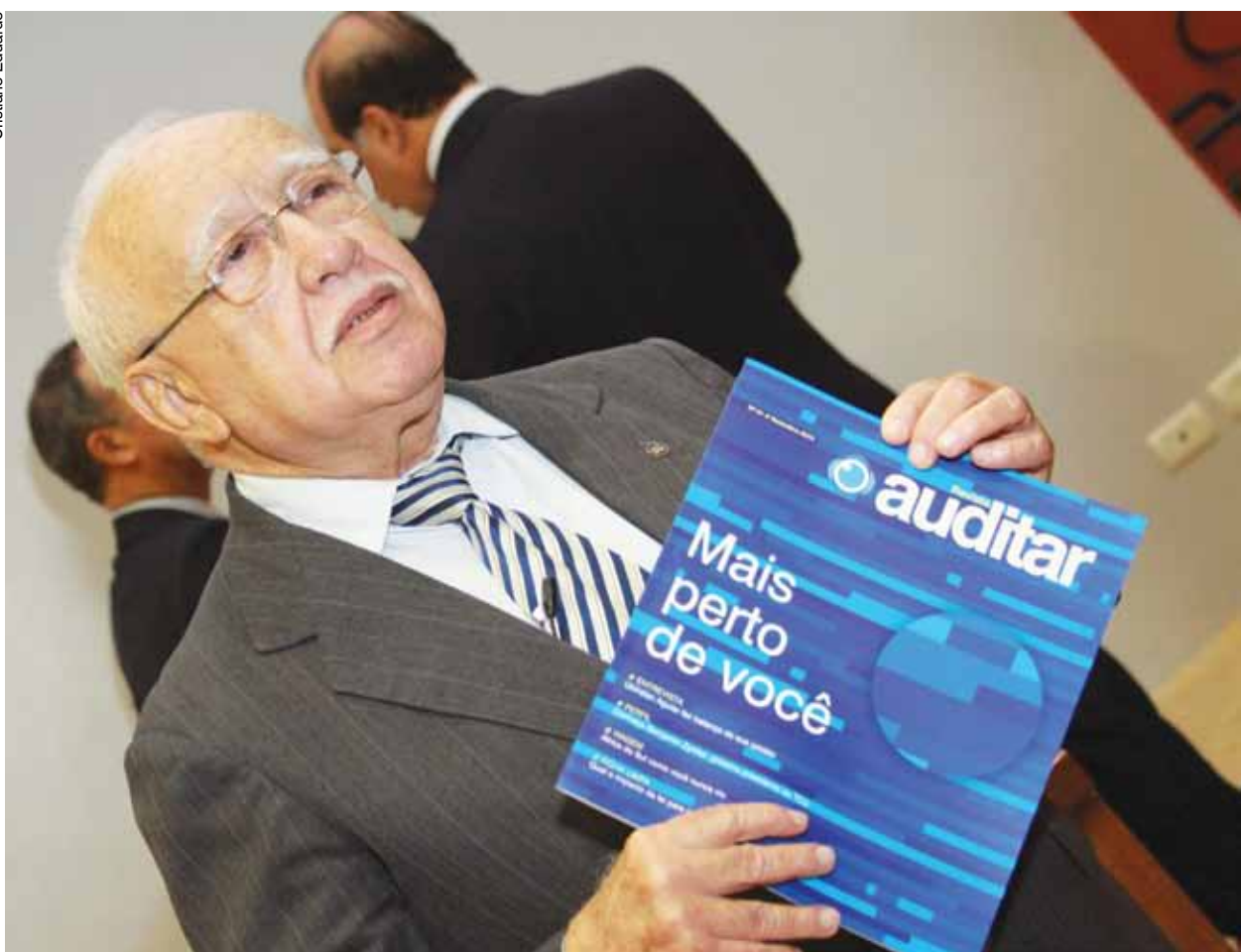
entidades da sociedade civil organizada. Afinal, a Constituição Federal estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional para a escolha de dois terços dos ministros do TCU, sem restrição de que os indicados sejam parlamentares. Sendo assim, por que não envolver o corpo técnico do Tribunal nessa escolha? Quanto ao perfil do indicado, a Constituição apenas define como requisitos que o candidato tenha entre 35 e 65 anos de idade, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública,

ao menos dez anos de experiência nessas áreas, além de possuir reputação ilibada. O edital do processo Indique Seu Candidato a Ministro considerou todos os requisitos constitucionais e ainda acrescentou um importante critério para dar objetividade à aferição de idoneidade dos concorrentes. Só disputaram a vaga através do processo proposto pelos auditores os candidatos que declarassem estar em dia com as exigências previstas na Lei Complementar nº 135 de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, que alterou a Lei Comple-

mentar nº 64 de 1990, tornando mais rígidos os critérios de inelegibilidade no sistema eleitoral brasileiro.

Dos 66 nomes indicados pelos auditores na etapa inicial do processo Indique Seu Candidato a Ministro, 23 confirmaram candidatura para o 1º turno. O processo foi aberto a qualquer perfil e, entre os primeiros nomes sugeridos, estavam auditores, acadêmicos, líderes da sociedade civil e parlamentares, como o deputado federal José Antônio Reguffe (PDT), a ex-senadora Marina Silva (PV) e o senador Demóstenes Torres (DEM), dentre outros. Como desdobramento espontâneo das livres indicações, os cinco candidatos mais votados e classificados para o 2º turno são profissionais de controle externo com atuação no TCU. Durante essa etapa, o auditor Paulo Roberto Wiechers retirou-se da disputa, alegando que sua proximidade com o ministro Ubiratan poderia ser mal interpretada. Permaneceram na disputa os auditores Carlos Augusto Ferraz, que obteve 29,9% dos votos, seguido por Glória Maria Merola, com 16,7%, e o ministro-substituto Weder de Oliveira, com 9,8%. Outro candidato que retirou a candidatura ainda no 1º turno foi o auditor Odilon Cavallari. A decisão foi tomada por motivos pessoais.

Cristiano Eduardo



Ministro Ubiratan Aguiar, durante gravação de depoimento sobre a entrevista concedida à Revista Auditar

“A constituição foi mais exigente para a escolha de ministro do TCU do que para qualquer outro tribunal. Mas há um detalhe interessante, ao qual poucos se atêm. A Constituição exige idade mínima de 35 anos e máxima de 65, proibição administrativa, formação em áreas acadêmicas determinadas e pelo menos dez anos de prática nessas atividades. Porém, em nenhum momento, está dito que tenha que ser parlamentar. Qualquer entidade de classe pode sugerir nomes ao Congresso Nacional, basta que um partido registre e apresente esse nome para que a candidatura entre na disputa. Desejo que a minha vaga inaugure essa nova visão aberta. O papel que exerço agora é de estimular as instituições para que elas pratiquem esse ato belíssimo de cidadania que é participar da vida nacional”

UBIRATAN AGUIAR

(Trecho da entrevista publicada pela Revista Auditar – dez 2010)



“Vivemos um momento de grande engajamento político da sociedade. Iniciativas como a nossa não buscam conflito, mas sim a contribuição para a defesa do interesse público. Acreditamos que, quanto mais diversificada for a composição do plenário da Corte de Contas, mais qualificadas e eficientes serão suas decisões. Por isso, perguntamos: por que não somar aos esforços dos atuais ministros a contribuição de um experiente auditor de carreira? Este é um momento histórico e abre um caminho importante para os processos de escolha de autoridades na gestão pública”

BRUNA MARA COUTO



“É importante essa iniciativa da Auditar, como nos moldes do próprio Ministério Público, observando os preceitos da ficha limpa e tornando mais democrática a escolha de autoridades do TCU.”

JORGE MARANHÃO

Publicitário, Presidente do Instituto A Voz do Cidadão



“Essa é uma grande inovação proposta pelos auditores do TCU, uma iniciativa democrática que se propõe a arejar a discussão e não retira a competência constitucional da Câmara dos Deputados”

NILTON PAIXÃO

Presidente do Sindilegis



“Ficamos muito felizes com a iniciativa da Auditar em promover a participação efetiva dos auditores do TCU num processo de escolha extremamente aberto e transparente. Isso tem a cara daquilo que nós defendemos no movimento de combate à corrupção eleitoral, que é a democracia participativa”

MÁRLON REIS

Juiz, membro do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

DE ONDE VÊM OS MINISTROS DO TCU?

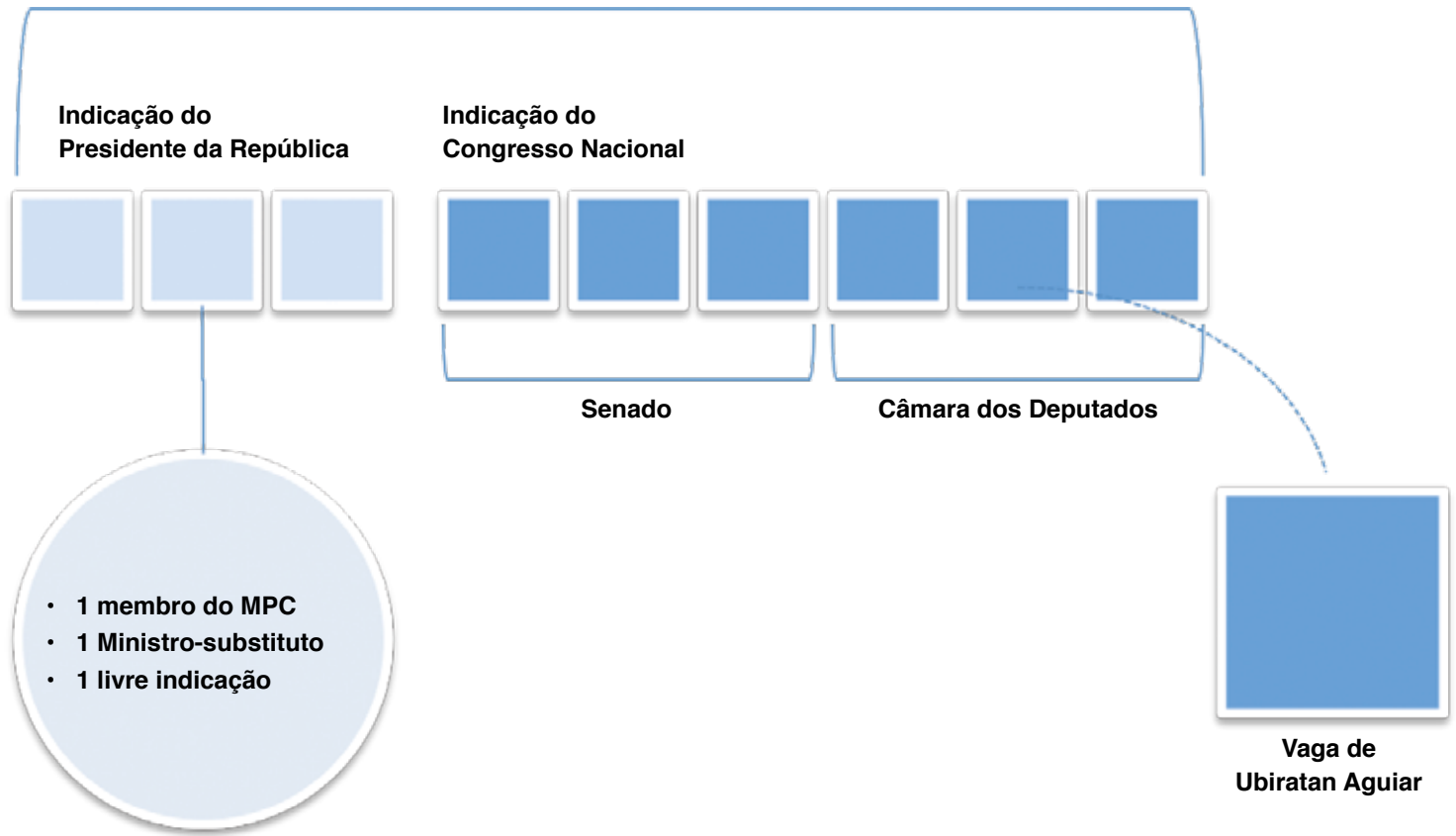
Como iniciativa inédita nos 118 anos de existência do TCU, o processo Indique Seu Candidato a Ministro está mobilizando todo o corpo técnico do Tribunal em torno de um debate que, até pouco tempo, a grande maioria não sabia ser possí-

vel. O artigo. 73, § 2º, inciso II, c/c art. 49, inciso XIII da Constituição determina que 2/3 dos nove ministros do TCU sejam indicados pelo Congresso Nacional. A regulamentação vigente divide igualmente essa responsabilidade entre a Câmara dos

Deputados e o Senado. Por sua vez, cabe ao Presidente da República indicar os outros três ministros, contanto que um venha do Ministério Público de Contas e outro seja escolhido entre os ministros-substitutos do próprio TCU, cargo provido

por meio de concurso público. O terceiro nome é de livre escolha do presidente. Desta vez, como a vaga do ministro Ubiratan Aguiar é de indicação da Câmara dos Deputados, caberá a essa casa legislativa fazer a escolha do nome.

CORTE FORMADA POR 9 MINISTROS



VÁRIAS ANDORINHAS PODEM FAZER O VERÃO

O processo Indique Seu Candidato a Ministro tem como inspiração o processo eleitoral adotado pelos ministérios públicos da União e dos estados, cuja previsão constitucional permite eleição entre pares com formação de lista tríplice para o cargo de procurador-geral da República, e de lista sêxtupla para os cargos de desembargador e ministro nos tribunais do Poder Judiciário nas vagas a serem preenchidas por membros do Ministério Público.

Outras iniciativas parecidas têm surgido em diversos órgãos da administração pública. Em duas ocasiões, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) realizou eleição para escolha do Secretário da Receita Federal, mas o Ministro da Fazenda não acolheu as sugestões. Por sua vez, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE)

também realizou processo eleitoral para escolher entre os magistrados federais um nome para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), mas o nome não emplacou. Na Advocacia-Geral da União (AGU), ação semelhante partiu do então dirigente máximo do órgão, Dias Toffoli, para escolha dos chefes das procuradorias federais. Mas seu sucessor, Luis Inácio Adams, retomou as livres indicações.

No início de 2011, uma forte mobilização social pediu a indicação do líder do movimento Ficha Limpa, o Juiz Márlon Reis, para o preenchimento da vaga de ministro do STF, aberta desde agosto de 2010 em decorrência da aposentadoria de Eros Grau. No entanto, o manifesto não foi atendido pela Presidente da República Dilma Rousseff, que optou por indicar o então ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Fux.



“A ideia de ter à frente da administração da Receita Federal do Brasil um Auditor-Fiscal escolhido por meio de lista tríplice é a garantia de realizar um trabalho focado na excelência técnica e na isenção política e econômica. É por isso que o Sindifisco Nacional, em nome de toda a Classe, defende a ocupação do cargo de secretário da Receita por um Auditor-Fiscal que, além de ter reconhecida capacidade técnica e liderança entre a categoria, seja democraticamente escolhido pela Classe. Já passamos por esse processo de escolha duas vezes. Nossa expectativa é que a vontade da categoria seja futuramente respeitada e assimilada pelo Poder Executivo. É com esse mesmo espírito democrático que apoio e encorajo todos os Auditores Federais de Controle Externo a também fazer parte de processo semelhante de escolha para ministro do TCU”

PEDRO DELARUE
Presidente do Sindifisco Nacional



“Defendo uma nova forma de escolha dos integrantes dos Tribunais de Contas. É preciso acabar com a ideia de que as vagas no TCU são sempre destinadas a nomeações exclusivamente políticas. A sociedade precisa travar essa discussão, medida que conta com todo o apoio da OAB.”

OPHIR CAVALCANTE

Presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

O DEBATE DENTRO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Durante o período de votação, o processo Indique Seu Candidato a Ministro tornou-se pauta na imprensa brasileira, que noticiou o processo conduzido pelos auditores do TCU e a “corrida” que se abria pela vaga do ministro Ubiratan Aguiar. Uma estratégia publicitária também foi adotada e o êxito superou as expectativas. Durante o 2º turno, de 28 a 31 de março, a Auditar veiculou nas rádios CBN e BandNews, somente no Distrito Federal, um *spot* sobre o processo Indique Seu Candidato a Ministro, como parte da série Pergunte, que a Auditar Responde. O programa

permaneceu no ar de terça a quinta-feira nos horários de 6 às 9h30, 12 às 14h e 17 às 19h. A repercussão foi imediata. Órgãos de imprensa e ouvintes procuraram a associação e, por três dias consecutivos, o processo Indique Seu Candidato a Ministro obteve destaque no Panorama Político, do O Globo. “O resultado foi tão positivo, que decidimos ampliar a divulgação. Durante a segunda quinzena de abril, entramos novamente com *spot* na CBN, mas desta vez, em rede nacional”, explica o diretor de Comunicação da Auditar, Carlos Alberto Guimarães.



Indique Seu Candidato a Ministro

Processo voltado a todos os auditores federais de controle externo, associados ou não à Auditar. A íntegra do processo, os nomes e demais informações sobre todos os candidatos encontram-se em www.auditar.org.br.

PRIMEIRA ETAPA

Consulta para livre indicação de nomes (de 25/02 a 02/03/2011)

- Cada auditor pôde sugerir livremente até três nomes. Os nomes sugeridos deviam atender aos critérios previstos no artigo 73 da Constituição e aos requisitos da Lei da Ficha Limpa.
- Cada um dos 66 indicados teve que manifestar sua aceitação à candidatura. A abstenção por parte do indicado foi considerada como não aceitação.
- 23 indicados confirmaram a participação no 1º turno.

SEGUNDA ETAPA

1º turno (de 15 a 18/03/2011)

- Os cinco mais votados foram classificados para o 2º turno. Com a saída de Paulo Roberto Wiechers, a disputa ficou entre os quatro finalistas.

TERCEIRA ETAPA

2º turno (de 28 a 31/03/2011)

- Com 43,6% dos votos, o auditor Rosendo Severo foi eleito candidato da categoria. 

Corrida à vaga de Ubiratan

De olho em salário vitalício de R\$ 26 mil e várias regalias, deputados se lançam na disputa por posto no tribunal.



Ubiratan defende a vaga em júris, apresentação competitiva

O maior principal objetivo é que o tribunal tenha um corpo de ministros mais heterogêneo, sem tantas instituições políticas.

Bravo Rosa Costa, presidente do Auditor, afirmou que tem prioridade a disputa de deputados para o cargo.

196

Número de votos no plebiscito que escolheu Ubiratan Aguiar no cargo, em 2001.

Contraste

Alguns deputados parlamentares, na sua maioria, não se candidataram à vaga de Ubiratan Aguiar no cargo, em 2001.

Constituinte Ubiratan Aguiar, de 68 anos, nasceu em 1942 em São Paulo. Foi deputado estadual e federal. Em 2001, foi eleito para o cargo de ministro do TCU.

Rosário nega cisão

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, afirmou em entrevista ao jornal que não pretende se candidatar à vaga de Ubiratan Aguiar no cargo, em 2001.

Desaparecidos

Muito da história brasileira que a secretaria e a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, afirmou em entrevista ao jornal que não pretende se candidatar à vaga de Ubiratan Aguiar no cargo, em 2001.



A Constituição exige que dois terços do TCU sejam indicados pelo Congresso, mas em nenhum lugar está escrito que o indicado tenha que ser um parlamentar. Assim, qualquer partido pode apontar um nome de fora do parlamento.

A norma do TCU



Técnico versus político



Rosendo Severo é o primeiro auditor federal de controle externo a se tornar candidato a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) através de um processo eleitoral entre pares. Eleito com 43,6% dos votos no processo Indique Seu Candidato a Ministro, Rosendo é especialista em políticas públicas e gestão financeira, trabalha há mais de 20 anos no TC e atuou em diversas secretarias do Tribunal, sendo, inclusive, secretário-geral de controle externo e secretário adjunto de contas. Mais recentemente, como secretário-adjunto de supervisão e suporte, liderou a instalação do controle de qualidade e do processo eletrônico, projeto que promoveu a automatização da tramitação de processos no tribunal.

Em 1975, aos 14 anos, o pernambucano de Garanhuns veio para Brasília e logo começou a trabalhar. “Fui ser *office boy* do Banco Real, na 306 Sul, Agência Brasília. Estudava de manhã e trabalhava à tarde”. Aos 17, foi promovido a escriturário e permaneceu no banco ainda

por quase dois anos. Em seguida, entrou na Universidade de Brasília (UnB), onde se formou em Engenharia Mecânica. Rosendo é casado há 26 anos e tem dois filhos. Paralelamente às atividades do Tribunal, dedica-se ao projeto de construção da creche

Centro Educacional Primeiros Passos, junto ao Jardim ABC, em Cidade Ocidental, município situado no entorno do Distrito Federal.

O candidato dos auditores do TCU é um administrador experiente, que conhece de

perto realidade vivida pelos gestores públicos brasileiros. Tem ampla formação acadêmica e é ficha limpa. Após mais de duas décadas de TCU, Rosendo Severo inaugura uma nova etapa para a carreira de auditor federal de controle externo. ●

Cristiano Eduardo



ROSENDO SEVERO

O CANDIDATO DOS AUDITORES DO TCU

CAMPO GRANDE VAI CONTAR COM OBSERVATÓRIO SOCIAL

A exemplo de Londrina e Maringá (PR), Campo Grande (MS) também contará com um Observatório Social. A organização, instituída e mantida pela sociedade civil, vai apoiar a comunidade campo-grandense com pesquisas, análises e divulgação de informações sobre a aplicação de recursos públicos e comportamento ético de entidades e dirigentes. A Assembleia de Criação do Observatório está prevista para o dia 2 de junho.

Os observatórios têm estimulado a educação fiscal em nível nacional, atingindo várias esferas da sociedade — associados, sindicatos, empregadores, trabalhadores, conselhos de profissionais liberais, empresas privadas e até voluntários. Segundo a Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) no Mato Grosso do Sul (Secex/MS), a missão do movimento é despertar o espírito de cidadania

fiscal proativa, por meio de uma sociedade organizada, onde cada cidadão exerça a vigilância social em sua comunidade.

A iniciativa — que tem à frente o Sindicato dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), dentre outros órgãos — contará com o patrocínio da Auditor. O Art. 41, parágrafo 3º do estatuto da entidade prevê que até 30% da receita decorrente de mensalidades e contribuições podem ser revertidos à unidade geradora para ações que visem o fortalecimento do controle externo perante a sociedade. “É uma forma de viabilizar a realização dos objetivos da Auditor, como a defesa do interesse público, a ampliação da transparência das despesas governamentais e o combate à corrupção, em parceria com entidades de outras carreiras, e ainda com envolvimento voluntário dos auditores”, destaca Bruna Mara Couto, presidente da Auditor.



Divulgação Fonacate

O diplomata Rômulo Neves, o pesquisador do IPEA Ronaldo Coutinho Garcia, a presidente da Auditor Bruna Mara Couto e o jornalista Luciano Pires

FONACATE e Auditor juntas na 2ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado

Atenta às questões que envolvem a qualidade no serviço público, a Auditor não poderia deixar de participar como organizadora da 2ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, realizada nos dias 12 e 13 de abril, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Com o tema “Estado, Democracia e Desenvolvimento”, o encontro promovido pelo Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (FONACATE) debateu as condições necessárias à prestação de um serviço público que estimule e facilite o desenvolvimento do país. O Talk Show sobre o papel das carreiras típicas de Estado contou com participação da presidente da Auditor (Bruna Mara Couto), como presidente de mesa, ao lado do mediador, o jornalista Luciano Pires. ●



PLANEJAMENTO

TCU CONCLUI PLANEJAMENTO PARA OS
PRÓXIMOS CINCO ANOS FOCADO NOS
PRINCIPAIS DESAFIOS DO PERÍODO: COPA
DO MUNDO E OLIMPÍADAS

COM OS OLHOS NO FUTURO

O Tribunal de Contas da União (TCU) acaba de concluir seu Planejamento Estratégico (PET) para o período de 2011 a 2015. Coordenado pela Secretaria de Planejamento (Seplan), o projeto começou no final de 2009 e mobilizou todos os auditores da casa em torno de uma reformulação que prepare o tribunal para enfrentar os desafios dos próximos anos, tais como a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos e o Pré-Sal. Mas não basta planejar a médio prazo para atender às expectativas que giram em torno do principal órgão de controle externo brasileiro e um dos mais conceituados do mundo. A grande novidade do PET é a adoção de técnica que permite projetar cenários futuros e, assim, definir estratégias com mais de dez anos de antecedência. O TCU adotou em seu PET 2011-2015 a técnica conhecida como análise de cenários prospectivos, a partir

da qual foram mapeadas tendências de diversos setores e serão desenvolvidas ações estratégicas para que o tribunal se prepare adequadamente para as mudanças que poderão ocorrer até 2022, quando o Brasil comemorará 200 anos de sua Independência. A análise de cenários prospectivos foi realizada a partir do método Grumbach, criado pelo brasileiro Raul José dos Santos Grumbach. Com enfoque sistêmico, o método trata a instituição como um sistema aberto, que influencia e é influenciado pelo ambiente e por diversos outros atores. “O aumento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, pode significar mais obras de infraestrutura, e o maior investidor dessa área é o Governo Federal. Sendo assim, o TCU provavelmente precisará de um aporte maior ou do desenvolvimento de novas tecnologias para auditar um número maior de obras com os mesmos re-

ursos humanos”, explica o auditor federal de controle externo e coordenador do PET, André Anderson, citando exemplos de como foram concebidos os cenários prospectivos para o TCU.

Outro cenário vislumbrado está associado à ampliação do acesso à internet e aos serviços on-line prestados pelo Governo Federal, o chamado E-gov. Com maior facilidade de acesso às contas públicas, comenta André Anderson, poderá crescer o controle social e, por conseguinte, deverá surgir uma cobrança maior sobre o órgão fiscalizador. Por outro lado, pondera o auditor, com maior controle social, pode aumentar o volume de informações ao qual o TCU possa ter acesso. Sendo assim, o tribunal também precisará se preparar para adquirir a capacidade de processamento necessária a esse maior volume de informação, o que poderia demandar mais tecnologia,

mais servidores, revisão de processos entre outras medidas.

A equipe responsável pelo PET reuniu um enorme volume de informação de muitas fontes, durante o processo de construção dos cenários prospectivos. Conforme prevê o método Grumbach, foram consultados aproximadamente oito mil peritos externos, em sua maioria servidores públicos do 1º a 3º escalões de órgãos especializados nos temas pesquisados pela equipe de planejamento. Foram relacionados alguns temas de relevância para o TCU e, a partir de então, a equipe definiu os aspectos que mais importavam ao tribunal e formulou perguntas sobre a probabilidade de ocorrência ou não daqueles determinados eventos de interesse. Para analisar as questões referentes ao PIB, por exemplo, o TCU consultou especialistas do

Banco Central e do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA). Sobre meio-ambiente, foram procurados os servidores do Ministério do Meio Ambiente e também do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ao final, 768 peritos responderam. Após a análise dos resultados, a equipe do PET desenvolveu trinta ações estratégicas para lidar com os cenários possíveis. Essas estratégias já fazem parte do rol de iniciativas previstas para o período de 2011 a 2015.

Paralelamente à prospecção dos possíveis cenários futuros, a equipe de planejamento aplicou outras metodologias mais convencionais, como a chamada matriz SWOT, técnica de análise de cenários que

permite identificar a posição estratégica de uma empresa no ambiente onde ela atua. Durante a detecção de pontos fortes e pontos fracos, uma das etapas da análise SWOT, todos os servidores da casa foram convocados a participar. Cada um recebeu um questionário de diagnóstico institucional com perguntas sobre os processos de trabalho de suas áreas e espaço para colaborações sobre as outras áreas do tribunal. Ao todo, 550 servidores responderam. Com a ajuda do corpo técnico da casa, chegou-se a 458 pontos fracos, com 1414 causas. “Reunimos os servidores em grupos e perguntamos, com relação a cada problema apontado, qual seria uma boa solução. Assim, fomos criando ações estratégicas e soluções”, conta André Anderson.

Sugestões de leitura

- **Cenários Prospectivos- Como Construir Um Futuro Melhor**
- ELAINE COUTINHO Marcial e Raul Jose dos Santos Grumbach. EDITORA FGV, 2002
- **Prospectiva: a Chave para o Planejamento Estratégico – GRUMBACH, Raul José dos Santos.** Editora Catau, 2000
- **Projeto Brasil 3. Tempos –** Cadernos NAE, n.1. 2004. Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da Republica. http://www.nae.gov.br/cadernos_nae/01brasil3t.pdf
- **Brasil 2022 –** Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2010. http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/PlanoBrasil2022_web.pdf
- **Signal&Signposts – Shell Energy Scenarios to 2050 –** Shell International – 2011. http://www-static.shell.com/static/aboutshell/downloads/aboutshell/signals_signposts.pdf

Um pouco mais sobre análise de cenários prospectivos

Teóricos da administração afirmam que a análise de cenários prospectivos ajuda a organização a identificar fatos e contextos relevantes a sua atuação, acontecimentos futuros que poderão ser percebidos como oportunidades ou ameaças, dependendo de como a empresa esteja preparada. Questões ligadas a fatores internos poderão ser solucionados com ações estratégicas específicas. Já os fatores externos, que impactam o trabalho do órgão e cuja resolução não está ao seu alcance, demandarão determinados comportamentos, parcerias ou adaptações. A identificação antecipada desse conjunto de circunstâncias pode suscitar um planejamento que ajude a instituição a superar dificuldades e até mesmo crescer em momentos difíceis, como aconteceu com a distribuidora de petróleo Shell na década de 70. Na época, tendo antevisto um cenário de adversidades no Oriente Médio, a empresa norte-americana foi a única do mercado a sair ilesa da crise do petróleo provocada pelos países árabes. Enquanto muitas concorrentes quebraram, a Shell ainda aumentou sua produção. A partir daquele caso, muitas outras empresas começaram a dar mais atenção à análise de cenários prospectivos.

Mas existem diversos métodos para se fazer essa análise. Destacam-se o método da Global Business Network (GBN), do renomado futurista e ex-chefe de planejamento de longo prazo da Royal Dutch/Shell, Peter Schwartz, o Método Godet, do francês Michel Godet, e o Método Grumbach, opção escolhida pelo TCU por vir sendo estudado pelo corpo técnico da casa desde 2005, além de ser conhecimento genuinamente nacional – fator também levado em conta no momento da decisão.

O Método Grumbach foi desenvolvido a partir de 1996 pelo brasileiro especialista em análise prospectiva, Raul José dos Santos Grumbach, após estudos desenvolvidos na Espanha. Assim como Peter Schwartz e seus companheiros fundaram a GBT, Grumbach e seus colaboradores criaram a Brainstorming, empresa de consultoria e treinamento em planejamento estratégico.

Saiba mais sobre o Método Grumbach

CARACTERÍSTICAS

- enfoque sistêmico
- emprego de modelagem matemática e ferramentas de pesquisa operacional
- geração dos cenários prospectivos por simulação Monte Carlo e uso de variáveis binárias
- aplicação de princípios da Teoria dos Jogos

ESTRUTURA

- Decisor Estratégico – geralmente é o “nº 1” da instituição
- Grupo de Controle (GC) – membros da instituição, que ficam responsáveis pela condução de todo o processo
- Comitê de Planejamento (CP) – membros da instituição, representando todos os seus setores, com a responsabilidade de apoiar o GC;
- Peritos – pessoas de notório saber, normalmente externas à instituição, que são convidadas a responder a sucessivas consultas formuladas pelo GC;

MÉTODO GRUMBACH

Fase 1 – Identificação do Sistema no qual se insere a instituição

Fase 2 – Diagnóstico Estratégico

Fase 3 – Visão Estratégica

Etapa 3.1 Visão do Presente

Etapa 3.2 Visão, simulação e gestão de Futuro

Etapa 3.3 Avaliação de Medidas e Gestão de Resistências

Fase 4 – Consolidação do Plano Estratégico

Fase 5 – Gestão Estratégica ●

INTELIGÊNCIA

A SERVIÇO DO CONTROLE EXTERNO



TCU QUER MAPEAR
AS DIFERENTES
TIPOLOGIAS DE
IRREGULARIDADES
PRATICADAS NA
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA.
IDENTIFICAÇÃO DO
MODO DE ATUAÇÃO
DO FRAUDADOR,
FACILITARÁ O
RASTREAMENTO
E A PREVENÇÃO
DE EVENTUAIS
IRREGULARIDADES

O Tribunal de Contas da União (TCU) está expandindo a utilização da atividade de inteligência no controle externo. Sob coordenação da Secretaria-Adjunta de Planejamento e Procedimentos (ADPLAN), está sendo realizada uma vasta análise de dados governamentais, a partir das metodologias de mineração de dados e produção de conhecimentos. O objetivo final é identificar e classificar tipologias de irregularidades praticadas na administração pública. O resultado desses estudos auxiliará a tomada de decisão das secretarias do Tribunal e tornará mais rápidas as ações de fiscalização dos auditores.

A identificação das chamadas tipologias de irregularidades é um ponto chave. Uma vez identificados esses padrões de procedimentos, presentes em determinados atos ilícitos, torna-se possível a adoção de ações de controle mais eficazes. O conhecimento sobre as tipologias favorece o estabelecimento de mecanismos que possibilitem a mitigação preventiva de irregularidades por meio de normatização, recomendações ou determinações.

“A partir do momento em que conhecemos, de forma sistemática, o *modus operandi* das irregularidades, temos como estudar e elen-

car indicadores que farão acender luzes vermelhas onde há risco de ocorrer uma infração”, explica o auditor federal de controle externo, diretor de Gestão de Informações Estratégicas do TCU, Carlos Takao. Segundo ele, esses indicadores podem ser agrupados por órgãos, áreas de despesa, abrangência geográfica, tipos e gravidade de irregularidades para avaliação de riscos. Ele acrescenta que os procedimentos de fiscalização podem ser padronizados de forma mais detalhada e aproveitar aqueles que resultaram na produção de provas mais robustas, o que facilita muito o trabalho da equipe em campo. “Hoje em dia, as equipes de fiscalização vão a campo para conferir tudo, sem uma visão em perspectiva do que está acontecendo, o que só irão descobrir em campo. Auditorias dessa natureza dependem muito da experiência e do espírito investigativo do auditor. Mas essa descoberta pontual fica para ele ou guardada dentro de um determinado processo”, reitera Takao.

De acordo com a nova proposta, o TCU passará a ter uma base de dados para ser compartilhada com todos, na forma de uma enciclopédia *wiki* de controle externo, chamada WIKICE. O conhecimento individual

circulará e estará disponível para que os auditores ganhem experiência com as experiências dos outros colegas. Conforme explica Takao, para os auditores mais jovens isso representa maior rapidez em seu aprendizado.

DESAFIOS A SUPERAR

Antes de implantar esse novo modelo de inteligência, será necessário vencer alguns obstáculos resultantes da cultura do Tribunal. Segundo o diretor de Gestão de Informações Estratégicas do TCU, a disponibilidade de informações internas estruturadas não é satisfatória. Mas Takao pondera e fala sobre o novo projeto da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setic), chamado Bravo, que consiste na estruturação das informações presentes nos diários oficiais da União e da Justiça, de modo que o cruzamento desses dados possa auxiliar de forma mais sistemática o trabalho dos auditores. “Estamos ganhando um novo horizonte como o projeto Bravo. Os diários oficiais são fontes que não costumam ser utilizadas dentro do TCU de maneira muito regular, porque as informações não podem ser obtidas de forma estruturada”, explica o diretor.

Outro desafio é unir a equipe de tecnologia da informação (TI) às unidades de controle. O trabalho conjunto e constante, através da criação de unidades mistas, por exemplo, proporcionaria resultados ainda melhores. Alguns outros órgãos, como a Receita Federal,

o Ministério da Previdência Social e a Controladoria-Geral da União são exemplos exitosos desse trabalho conjunto.

Na opinião de Takao, a prévia resistência à atividade de inteligência existente entre os membros do corpo técnico

da casa. Segundo o diretor, percebe-se ainda uma associação estigmatizada com a ideia de arapongagem. “Essa resistência atrasou muito a implementação da inteligência no TCU. É preciso desfazer essa impressão negativa”, afirma Takao.

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA

PREVENÇÃO

Identificação de padrões e a organização dessas informações por categorias favorece o planejamento das ações do Tribunal. Essas informações são repassadas às secretarias para auxiliar nas tomadas de decisão.

RACIONALIZAÇÃO DE ESFORÇOS OU RECURSOS

Aplicação da inteligência economiza tempo e esforços, as auditorias passam a ser realizadas em menor tempo e com maior eficiência, eficácia e efetividade.

FORMAÇÃO DOS SERVIDORES

Os auditores mais novos ganham mais experiência em menor tempo, aprendem com as informações compartilhadas por seus colegas, um mecanismo que potencializa o processo de formação do corpo técnico.



A IMPLACÁVEL RESISTÊNCIA DAS ESTATAIS

Toda a estrutura de equipamentos, rede exclusiva e segurança está sendo providenciada para que o TCU possa trabalhar não só com as informações garimpadas pelos auditores, mas também com bases de dados cedidas por outros órgãos do governo, o que favorecerá muito os cruzamentos de informações para detecção de infrações. Para fazer esse tipo de análise, o Tribunal precisa ter acesso às bases inteiras, que possam ser cruzadas entre si e com as informações coletadas diretamente pelos auditores federais de controle externo. Tais atividades exigem uma estrutura robusta com softwares e equipamentos específicos, capazes de manipular um volume tão grande de informação.

Porém, como explica o diretor de Gestão de Informações Estratégicas do TCU, Carlos Takao, a iniciativa do Tribunal encontra grandes resistências, principalmente nos órgãos da administração indireta. “Até hoje, o TCU tem dificuldades para realizar a fiscalização em estatais, que por sua vez, negam-se a informar despesas e contra-

“ATÉ HOJE, O TCU TEM DIFICULDADES PARA REALIZAR A FISCALIZAÇÃO EM ESTATAIS, QUE POR SUA VEZ, NEGAM-SE A INFORMAR DESPESAS E CONTRATOS AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA UNIÃO, SOB A ALEGAÇÃO DE SIGILO COMERCIAL”

CARLOS TAKAO

Diretor de Gestão de Informações Estratégicas do TCU

tos aos sistemas de informação da União, sob a alegação de sigilo comercial”, afirma. Dentre as principais estatais que desrespeitam a legislação vigente, estão Petrobras, Eletrobrás e Furnas.

Segundo o diretor, as agências reguladoras cometem essa mesma falha. No entanto, como não lidam com um grande volume de recursos e seu poder de compra é relativamente pequeno, a obstrução ao controle externo não chega a ter tanta relevância quanto no caso das estatais. “O principal risco das agências reguladoras é seu poder de influenciar o mercado, a suscetibilidade ao tráfico de influência e à corrupção. Não eventuais fraudes no gasto de recursos públicos”, explica.

CAPACITAÇÃO

Com o objetivo de difundir a nova cultura e capacitar as unidades de controle externo para um melhor uso da informação, no último mês de março, o TCU ofereceu a cem servidores da sede e das regionais o curso Inteligência de Controle, com carga horária de 56 horas, realizado pelo Instituto Serzedello Corrêa/TCU, como parte do Programa de Aprimoramento Profissional em Auditoria (Proaudi). Com o fortalecimento de sua rede interna de informações, o Tribunal espera aprimorar o planejamento de suas auditorias.

A resistência das estatais vem de longa data e parece ser difícil de vencer, mesmo com todo o respaldo constitucional da Corte de Contas. “Precisamos ter acesso às informações dessas empresas de maneira formal. E esse é um grande desafio para que o TCU tenha uma amplitude maior de análise”, sintetiza Takao. 🌐



Dar a volta ao mundo parece ser uma jornada utópica, cara e complicada. Talvez por ser uma tarefa mítica, explorada por escritores consagrados como Júlio Verne, em seu clássico *A Volta ao Mundo em 80 Dias*. Mas nos dias de hoje não é preciso ser um navegador ou um milionário excêntrico para fazer essa viagem. Há passagens aéreas especiais para quem quer visitar os cinco continentes. Se você deseja explorar o que o planeta tem de melhor, comece a se planejar desde agora. Há voos para qualquer parte do globo terrestre. Muitas providências devem ser tomadas antes do embarque. Primeiro: defina seu roteiro. Que tipo de viagem você quer fazer? Com as diversas opções oferecidas você pode optar por um trajeto convencional, passando pelas principais capitais europeias, depois indo a destinos da moda como Abu Dhabi e terminando nas badaladas ilhas do Caribe; ou por uma via mais exótica, conhecendo lugares como Nova Zelândia, Malásia, Tailândia, países do Leste Europeu e do Norte da África. Há três grandes alianças de companhias aéreas que facilitam a vida de quem quer fazer essa viagem: Star Alliance, Oneworld e Sky Team. As três são constituídas por empresas de linhas aéreas de vários países e continentes diferentes. Todas comercializam o bilhete round the world (volta ao mundo). Esse tipo de tíquete pode ser adquirido a partir de 4 mil dólares. Eles permitem de três a 15 paradas em quatro, cinco ou seis continentes (contando o de origem).

INTEGRAÇÃO DE COMPANHIAS AÉREAS FACILITA E BARATEIA VIAGENS LONGAS EM TORNO DA TERRA. O AUDITOR ALEXANDRE BARRETO APROVEITOU A OPORTUNIDADE E, DE LESTE PARA OESTE, VISITOU 27 CIDADES E 10 PAÍSES.

Alexandre Barreto



Ilha de Koh Pee Pee, no litoral sul da Tailândia

A viagem tem que durar no mínimo 10 dias e no máximo um ano e o percurso deve ser feito numa mesma direção (leste ou oeste), sem retornar aos continentes anteriores.

O preço depende de uma série de fatores, como número de paradas, distância percorrida, época do ano e país de origem. Os sites das três alianças permitem que você

simule sua própria volta ao mundo. Escolha os países que quer visitar e pesquise o preço do bilhete especial. Sai muito mais barato que adquirir as passagens individualmente.

Depois das passagens compradas, o passageiro precisa começar a planejar outras coisas. Leia a seguir o que você precisa fazer antes de embarcar.

Vistos

Boa notícia: segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), dos 20 países mais visitados do mundo, apenas cinco exigem vistos para brasileiros. São eles: Estados Unidos, Canadá, México, Ucrânia e China. Os americanos são, sem dúvida, os mais burocráticos. Você pre-

cisa agendar entrevista para solicitar o visto no mínimo 75 dias antes da viagem. Para viajar para México e Canadá, o processo dura entre cinco e dezoito dias, respectivamente. Ucrânia e China não exigem entrevista, apenas entrega de documentos.

Os países que estão na lista dos 20 mais visitados que não exigem vistos de via-

jantes brasileiros são: Alemanha, Áustria, Espanha, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Malásia, Polônia, Portugal, Reino Unido, Rússia, Tailândia e Turquia. Além desses, nenhum país da América do Sul nem da União Europeia exige o documento. De qualquer forma, antes de confirmar seu roteiro, procure informações nos sites das embaixadas dos países para os quais pretende viajar.

Bagagens

O cuidado com a bagagem também é fundamental. Você vai pegar voos com escalas e conexões, passando por vários países do mundo. Não exagere na bagagem e não compre muitas coisas nos primeiros destinos. Como o risco de extravio de bagagem é grande, não deixe de fazer um seguro. Outro problema que exige atenção são as mudanças climáticas. Se sua viagem for realizada no final do ano e incluir Canadá e Tailândia no roteiro, por exemplo, você pode ficar exposto a temperaturas que variam entre -20° C e 40° C. Fique atento na hora de arrumar as malas.

Dinheiro

É sempre aconselhável levar alguma quantidade em dólar e euro, além de um cartão de crédito. A melhor

Dê a volta ao mundo nas próximas férias

Não é preciso gastar rios de dinheiro nem ter férias intermináveis para fazer essa viagem. Um mês é mais que suficiente para visitar pelo menos três continentes. Um excelente exemplo de rota é: Brasília, Nova Iorque, Tóquio, Bangcoc, Istambul, Londres e Casablanca. O empresário da agência de turismo Mactur, Ricardo Ferreira Dias, localizada em Brasília, estima que com 15 mil dólares um casal pode realizar esse roteiro. “Mas esse preço pode variar, dependendo do tipo de hospedagem que o cliente quer. Pode ficar bem mais em conta. Numa viagem pela Europa geralmente se gasta um valor próximo a esse. Se a pessoa tem interesse em conhecer vários continentes, vale muito a pena”.

O valor inclui passagem, hotel e seguro viagem. O empresário ressaltava umas das vantagens de se procurar uma agência de viagens é a possibilidade de poder dividir o pagamento. “O Brasil é o único lugar no mundo onde você pode pagar uma viagem como essa de forma parcelada e sem juros, o que facilita bastante a vida dos clientes”. Além disso, ele destaca a versatilidade que os bilhetes round the world trazem. “São inúmeras opções de roteiro oferecidas pelas alianças. Existe pelo menos um roteiro para cada perfil de cliente”. Quem quiser reservar os próprios voos e hotéis pode ir aos sites das alianças e fazer as simulações. As passagens para um roteiro como esse de cima sairia por cerca de 5 mil dólares por pessoa. Para a hospedagem, existem sites especializados para realizar reservas de hotéis no mundo todo. Hostels.com, Booking.com e Hotel.info são alguns desses sites.

SERVIÇO:

- **Alianças:** www.staralliance.com, www.oneworld.com e www.skyteam.com.
- **Hotéis:** www.booking.com, www.hostels.com e www.hotel.info



História



O ato de viajar é tão antigo quanto a própria humanidade. Desde os primórdios, o homem se locomove por terras desconhecidas, seja por sobrevivência, motivos comerciais ou lazer. Conquistadores como Marco Polo e Cristovam Colombo fizeram viagens fundamentais para a civilização ocidental, mas nem chegaram perto de dar a volta ao mundo. A primeira viagem desse tipo, realizada no século XIV, não pode ser considerada um sucesso, uma vez que grande parte da tripulação e o comandante da expedição morreram antes de completar o percurso. Dos 240 homens que partiram de Sevilha em 1519, apenas 18 sobreviveram e retornaram à cidade espanhola em 1522. O português Fernão de Magalhães comandou a frota, que contava com cinco navios, mas foi morto em combate com nativos das Filipinas.

Imaginação de Júlio Verne mais uma vez vira realidade

O francês Júlio Verne (1828-1905) ficou famoso pelo gênero ficção fantástica. Ele costumava traduzir sua imaginação em palavras e suas previsões eram consideradas pura fantasia, mas muitas delas se tornaram realidade. Máquinas voadoras, submarinos e foguetes eram coisas inimagináveis em meados do século XIX, mas já estavam presentes na obra do escritor. Sua obra-prima, “Volta ao Mundo em 80 Dias”, foi publicada em 1873 e conta a história de um homem que aposta com os amigos que daria uma volta no globo em apenas 80 dias. O livro virou um clássico e inspirou várias adaptações para o cinema. A principal delas venceu o Oscar de melhor filme em 1957. O protagonista sai de Londres e passa por Egito, Índia, Hong Kong, China, Japão e Estados Unidos antes de voltar à capital britânica. A viagem foi feita em navios, barcos, iates, trens e até em cima de um elefante. Que tal aproveitar que hoje é bem mais fácil realizar essa proeza e repetir o roteiro? Numa simulação no site da Star Alliance, uma viagem saindo de Brasília e passando pelos países acima citados sai por 5,5 mil dólares, incluindo as taxas.

opção, porém, é o travel money, espécie de cartão de débito aceito em quase todos os países. Antes de sair do Brasil, você deposita em reais a quantidade necessária para sua viagem. No exterior, você pode tanto sacar dinheiro em caixa eletrônico como pagar contas e fazer compras utilizando a função débito. Ambas as operações são feitas em moeda local. Outra vantagem é que se você estiver precisando de dinheiro para uma emergência, é só pedir para um parente ou amigo depositar no Brasil que algumas horas depois o dinheiro entra na sua conta.

Vacina

A imunização por meio da vacina é muito importante para a proteção do viajante. A vacinação adequada depende da área a ser visitada, em função de doenças que possam ocorrer no local. A vacina contra febre amarela é obrigatória para entrar nos seguintes países: Austrália, Angola, China, Egito, Líbano, Uruguai, Índia, Tailândia, Vietnã, Indonésia e África do Sul. Ela deve ser tomada no mínimo dez dias antes do embarque. A contra o sarampo é uma recomendação do Ministério da Saúde para brasileiros com destino à Europa, mas não é obrigatória.

VOLTA AO MUNDO EM 100 DIAS

AMÉRICA DO
SUL E OCEANIA:
AVENTURA
ANDINA DE UM
LADO E UMA
CIDADE QUASE
PERFEITA DO
OUTRO

Tudo começou quando o auditor fiscal Alexandre Barreto e sua mulher, Fabiana, assistiam a um programa de TV numa noite de dezembro de 2007. Eles viram uma reportagem sobre uma pessoa que tinha dado a volta ao mundo. Na mesma hora, o casal começou a imaginar repetir a aventura. No dia seguinte, Alexandre começou a pesquisar e descobriu que não se tratava de uma viagem impossível. O planejamento para a viagem durou pouco menos de um ano.

Roteiro

Viajantes assíduos, Alexandre e Fabiana já conheciam boa parte da Europa e dos Estados Unidos. Por isso, optaram por visitar novos lugares. Uma viagem mais exótica. A aventura começou em Cuzco e terminou, mais de três meses depois, na cidade mais cosmopo-

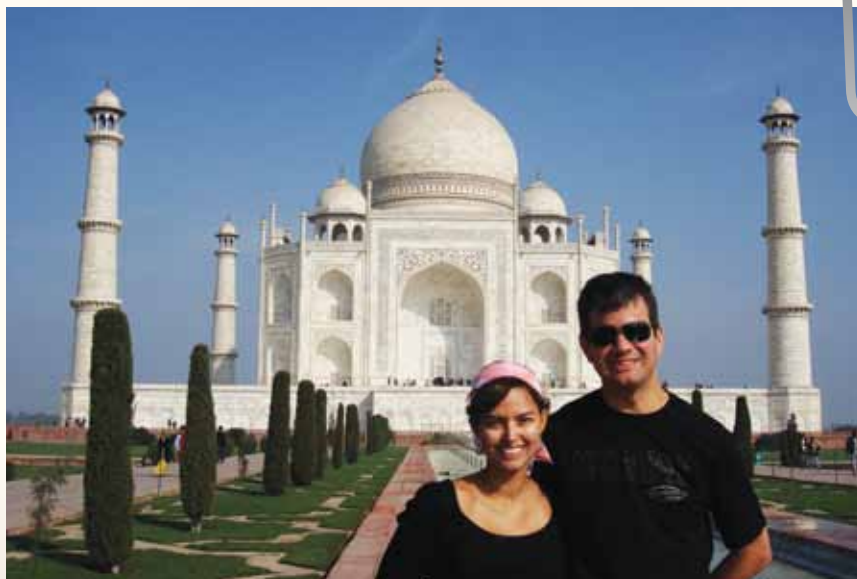
lita do mundo: Nova Iorque. Não sem antes passar por 27 cidades e 10 países: Peru, Chile, Austrália, Japão, Tailândia, Índia, Jordânia, Egito, Inglaterra e Estados Unidos.

Nos 100 dias em que ficou longe de casa, o casal visitou todos os continentes habitados do planeta. Foram nada menos que 52 pousos e decolagens. Eles também andaram de trem, ônibus, taxi, metrô, barco e muitos quilômetros a pé. “A viagem foi maravilhosa. Deu para conhecer muita coisa, mas por mim ainda passaria uns três meses rodando pelo mundo”, diz Alexandre. Veja a seguir um pequeno resumo sobre cada parte da viagem:

Mal aterrissou em Cuzco, o casal já se preparou para a aventura. Nada de conforto ou passeios tranquilos pela cidade. Eles colocaram o mochilão nas costas e encaram a Trilha Inca, uma das caminhadas mais famosas do mundo. Foram quatro dias dormindo em barracas e 43 km de caminhada admirando a paisagem: montanhas, floresta, sítios arqueológicos e ruínas. Todo o esforço valeu a pena quando eles chegaram a Machu Picchu, a misteriosa Cidadela Perdida dos Incas.

“O bacana da trilha é que várias experiências são vivenciadas de uma só vez: o esforço físico, a vista deslumbrante das montanhas e vales, os vários sítios arqueológicos que vão surgindo ao longo

Alexandre Barreto



Taj Mahal, Índia

do caminho, o contato com a população local”, diz Alexandre, que curtiu uns dias em Cuzco, onde comeu “o melhor ceviche de sua vida”. Em Santiago, ficou surpreso com o clima romântico da cidade, antes de embarcar para o próximo continente.

Depois de pegar um voo de 18 horas que sobrevoou o Pólo Sul e cruzou a linha do tempo (linha internacional de mudança de data), o casal chegou à principal cidade da Austrália. “Um dia foi perdido no calendário. Saímos do Chile no dia 7 e chegamos no dia 9 de dezembro”. A longa viagem, no entanto, em nada atrapalhou a estadia na Terra dos Cangurus. “Sydney é, dentre as cidades que já visitei, a mais perfeita para se morar”, afirma Alexandre.

Ele explica a paixão repentina pela cidade: “É limpa, bem organizada, cheia de parques fantásticos, museus e galerias de arte. A vida noturna é agitada e o povo é bonito, educado e simpático. As praias australianas também impressionaram. Só perdem para as de Fernando de Noronha”.

Japão, Tailândia, Índia, Jordânia e Egito. O que esses lugares têm em comum? Tirando o fato de estarem localizados na mesma região geográfica, sobra pouca coisa. Os cinco países apresentam um emaranhado de religiões e culturas que fascinam os visitantes. Com Alexandre e Fabiana, não foi diferente. Essa parte da viagem foi considerada a melhor e mais enriquecedora da volta ao mundo.

O contraste entre o Japão milenar e o do futuro foi muito bem representado nas duas cidades visitadas: Tóquio, com seu ritmo frenético, lojas de parafernália tecnológicas espalhadas por todos os lugares e milhares de restaurantes; e Quioto, cujos templos e palácios datam do primeiro milênio e onde é possível encontrar gueixas caminhando tranquilamente na rua. A educação e a gentileza dos japoneses cha-

maram atenção, tanto na maior cidade do mundo, quanto na tranquila e tradicional Quioto.

O país tem suas peculiaridades. A culinária é uma delas. Em que outro lugar se come lagostins e camarões servidos ainda vivos? “Eles ainda se mexiam enquanto eu mastigava”, explica Alexandre. Algum ponto negativo no destino? Apenas o custo de vida, um dos mais altos do planeta.

ÁSIA E ORIENTE MÉDIO: CINCO PAÍSES E CINCO MUNDOS COMPLETAMENTE DIFERENTES



Ilha de Koh Pee Pee, Tailândia

Ao desembarcar na Tailândia, o casal constatou que Bangcoc tinha todas as características que eles imaginavam numa grande metrópole de um país asiático subdesenvolvido: trânsito caótico, ruas lotadas, sujeira, comidas exóticas e prostituição, entre outras. O moderno metrô suspenso recém-inaugurado ajudava a dar a impressão que eles estavam no cenário do filme Blade Runner, do diretor Ridley Scott.

“Mas passado o choque inicial, a cidade se revelou extremamente sedutora. Os templos são algo de fenomenal. O povo é muito gentil e educado”, diz o auditor, que elegeu uma praia tailandesa

melhor que qualquer uma da costa brasileira. “Pensei que nunca acharia um lugar mais bonito que Fernando de Noronha, mas é com pesar que confesso que as Ilhas Koh Phi Phi são melhores”. E não foram apenas as praias motivo de encanto. “A culinária tailandesa é a melhor do mundo”, diz Alexandre. “Eles conseguiram o mix perfeito entre sabor, beleza dos pratos, quantidade e frescor dos ingredientes”.

O terceiro destino deles na Ásia foi a Índia. A primeira impressão foi parecida com a da Tailândia: caos urbano, aeroporto precário, trânsito caótico, vacas andando no meio da rua e muita sujeira. Nada disso atrapalhou a via-

gem. Eles rodaram o país de norte a sul. Foram inclusive até a fronteira com o Paquistão, visitaram diversos monumentos e templos de yoga e meditação.

Foram dois os momentos mais importantes da parte indiana da viagem: o primeiro foi a visita ao monumento que o casal considera o mais incrível do mundo, aquele fruto do amor do príncipe Ah-Jehan pela princesa Mumtaz Mahal: o Taj Mahal. O segundo foi uma profecia que eles receberam na beira do rio Ganges, mas isso é assunto para depois.

Depois de três semanas na Índia, chegou a vez de encarar a osso duro de roer

Jordânia. Com países como Irã, Iraque e Israel como vizinhos, é difícil ter tranquilidade. Por isso, eles esperavam rostos tristes, mas encontraram uma população alegre, apesar de todos os problemas pelos quais o país passa. O casal se encantou com as belas paisagens. “O deserto fascina. A imaginada monotonia daquela infinidade de areia é quebrada por formações rochosas, com tonalidade avermelhada, cuja beleza não se encontra em qualquer aglomerado de montanhas”, diz Fabiana.

No Egito, a primeira parada foi em Luxor, capital do antigo Império egípcio, onde templos, estátuas, esfinges e tumbas os esperavam. Depois o casal partiu para o Cairo e fez o passeio obrigatório para qualquer turista que visita a cidade: as Pirâmides do Egito. Eles se encantaram com a grandiosidade das obras, datadas de mais de 2500 a.C.

Mas a capital do Egito não se resume às pirâmides: “Lá é possível se teletransportar no tempo com apenas alguns passos. Um dia você está nas pirâmides. No outro, você vai para o bairro Copta, onde os cristãos ergueram suas igrejas. Mais adiante, é possível se encantar com a beleza das construções islâmicas. Após atravessar o rio Nilo, encontramos

o Cairo da elite e seus cafés, que poderiam estar situados em qualquer metrópole europeia”, diz Fabiana.

EUROPA E AMÉRICA DO NORTE: ÚLTIMAS ESCALAS ANTES DA VOLTA PARA CASA

Para completar a volta ao mundo, Alexandre e Fabiana fizeram escalas mais conhecidas. Mas isso não quer dizer que eles não tenham aproveitado. Aliás, não dá para passar por Londres e Nova Iorque e não aproveitar, não é mesmo? As duas megalópoles são as cidades com a maior diversidade cultural do mundo. Restaurantes, pubs, cafés, praças e museus foram bastante visitados.

“Nada como sentar num café londrino e gastar o tempo tomando um mocha quentinho enquanto se assiste a pressa dos transeuntes que circulam em frente as suas vidraças”, diz Fabiana, lembrando das tardes que passaram na Terra da Rainha. E o que falar da Big Apple? “Nova Iorque pode mesmo ser intitulada capital mundial da cultura. Lá é possível comer num restau-

rante mexicano, ir a um bar turco, dançar num clube de música latina, se acabar com um brunch num café francês e assistir a uma exposição sobre o olhar ocidental sobre a arte do Oriente no (museu) Guggenheim.

BRASIL: SURPRESA NA CHEGADA

Depois de mais de três meses curtindo o que o mundo tem de melhor, é difícil voltar para a vida real. Apesar disso, Alexandre mergulhou no trabalho e retomou a rotina. Estava cheio de novas ideias e feliz por ter voltado para casa. O comportamento da mulher, porém, o preocupa-

va. “Fabi não estava normal. Continuou por dias sentindo desânimo em voltar às atividades normais. E eu, agoniado, pensando: ‘Meu Deus, será que ela cansou da vida em Brasília? Será que quer continuar viajando?’”.

Antes de descobrir o motivo real do desânimo da esposa, ele lembrou de uma história: “Quando estávamos em Varanasi, cidade sagrada do hinduísmo, fizemos um passeio de barco pelo rio Ganges. Apesar da sujeira da água e da paisagem e do cenário trash indiano, a composição estava sensacional: o sol se pondo no horizonte, colorindo de dourado aquela cidade milenar. No meio do caminho, uma pipa caiu

no barco. As crianças nas margens do rio ficaram enlouquecidas, pedindo a pipa para a Fabi, que a devolveu. O barqueiro, então, disse sorrindo: ‘Parabéns, há uma criança a caminho!’”.

A profecia do barqueiro se concretizou. O que já era uma viagem memorável tornou-se inesquecível. Fabiana estava grávida. Pelas contas do casal, o bebê foi gerado no Egito. Eles pensaram em batizá-lo com um nome egípcio. Por sorte, nasceu uma menina, o que livrou o casal da obrigação de chamar o filho de Tutakamon ou Ramsés. Inspirado numa das principais deusas egípcias, nasceu Ísis, o fruto mais valioso da grande jornada. ●

Alexandre Barreto



Rio Ganges, na cidade de Varanasi, sagrada para os hindus

O PRAZER DE COMER BEM

NA BUSCA POR UMA VIDA GASTRONÔMICA DE QUALIDADE, BRASILEIROS ESTÃO MAIS ATENTOS AO QUE É SERVIDO NOS RESTAURANTES E BISTRÔS. TIPO DE CULINÁRIA, SABOR, VISUAL DOS PRATOS E ATENDIMENTO ESTÃO ENTRE AS MAIORES EXIGÊNCIAS DOS APRECIADORES DA BOA MESA

No *best-seller* autobiográfico *Comer Rezar Amar* (que vendeu mais de quatro milhões de cópias no mundo todo), a jornalista americana Elizabeth Gilbert coloca em um mesmo patamar três elementos essenciais para à existência humana: o amor, a espiritualidade e, é claro, a gastronomia. A personagem tem tanto prazer em comer bem que, ao embarcar em uma viagem de autoconhe-

cimento, faz uma primeira parada no lugar que considera o paraíso da culinária: a Itália. Lá, durante quatro meses inteiros, ela tece uma relação quase espiritual com os sabores, odores e costumes do lugar.

Assim como ocorreu com a heroína do livro, dedicar algum tempo à arte de comer bem se tornou programa obrigatório. Esse despertar para o universo de

aromas, sabores e arranjos pode ser medido pelo grande número de restaurantes que valorizam a estética e a peculiaridade dos pratos. Brasileiros vão e voltam de locais com culturas gastronômicas seculares e acabam difundindo costumes tão distintos aqui. A “onda” da comida japonesa, por exemplo, mesmo depois de uma imigração substancial daquele país para o Brasil, vem de 15 ou 20 anos atrás.

Ainda é raro achar bons livros de cultura culinária no Brasil. Em São Paulo e Rio de Janeiro, um pouco mais. Ainda é pouco se comparado a bibliotecas inteiras dedicadas ao tema existentes na Espanha, por exemplo. Especialistas se queixam também da escassez de material próprio, pois a diferença de um minuto entre um forno e outro pode fazer uma iguaria fracassar de forma retumbante.



Divulgação

As feiras de rua são o início de uma viagem de sabores para os iniciados na arte de comer bem

De qualquer modo, o gosto pela gastronomia é um processo. E os brasileiros, cada vez mais, também em virtude do aumento da renda, trilharam o caminho da boa mesa.

Sabores de outros mares

Trilhar esse caminho foi uma escolha feita pela jornalista Anamaria Rossi. Depois de trabalhar intensamente em

redações de jornais e assessorias de imprensa por quase 20 anos, ela se deparou com um dilema pessoal. “Eu estava na cozinha da minha casa, recebendo amigos para jantar, como sempre fiz, quando me deu um estalo: cozinhar era o que eu queria fazer pelo resto da vida”.

Com este plano em mente, Anamaria se organizou, acumulou uma reserva financeira e, assim como a personagem

de Elizabeth Gilbert, partiu para seu ano sabático, em agosto de 2009. Só que, nesta história, o destino e o propósito eram diferentes. A jornalista, que compartilha com a personagem do livro a mesma profissão e o gosto pela culinária, escolheu como destino a Espanha. Mais precisamente, Barcelona. Ali, além de se enveredar pelos caminhos da comilança (assim como a americana), Anamaria aprendeu uma nova profissão. Na cida-

de mais mediterrânea do país, fez cursos de técnicas de cozinha e *pasteleria* – especialidade mais conhecida aqui no Brasil como confeitaria e pães.

“Escolhi Barcelona por vários motivos. Por ali, passam sabores de todo o mundo, a cozinha catalã é muito rica e, além disso, as referências da culinária espanhola e os hábitos culturais são facilmente reconhecidos pelos brasileiros”, justifica.

A VIDA IMITA A ARTE

A aventura de um ano e dois meses de Anamaria Rossi foi toda registrada e fotografada (outro hobby da jornalista) no blog *Yo que sé? Uma aprendiz em Barcelona* [yoquesebarcelona.wordpress.com], ambiente em que a bem-humorada Anamaria incorporou o papel de aprendiz, adotando o alterego catalão Doñana. A originalidade em torno do tema fez sucesso e o blog ganhou muitos adeptos brasileiros, dentre eles, o colega e blogueiro Ricardo Noblat. “Fui convidada a escrever uma coluna semanal no Blog do Noblat, contando as minhas experiências na cidade. Por isso, o nome *Cartas de Barcelona*”, afirma Anamaria.

Ao fim da temporada, a satisfação de descobrir novos sabores compensou tudo: os quilos trazidos a mais – que ela jura, falta pouco para perder –, acostumar-se à nova rotina e viver um ano sem produzir trabalho remunerado algum. “Me senti felicíssima, tendo contato com sensações diferentes, técnicas de cozinhas diferentes. Passei um ano comendo coisas novas, experimentando novas sensações”, diverte-se.

O próximo plano é montar um ateliê de cozinha, onde ela poderá dividir tudo o que aprendeu em Barcelona em cursos, workshops e jantares para pequenos grupos. “Algo entre a cozinha da minha casa e uma cozinha industrial”, define Anamaria.



Fotos: Divulgação

Ana Toscano, fundadora da Escola de Gastronomia de Brasília

Importância dos detalhes

“Cada vez mais, as pessoas saem de casa em busca de qualidade e se preocupam bastante com o sabor, o visual e o modo como os pratos são servidos”, avalia Ana Toscano, chef que comanda a cozinha do Villa Borghese, tradicional restaurante italiano, em Brasília há 17 anos.

Nova colega do ramo gastronômico, Anamaria Rossi con-

corda que há realmente um movimento, uma preocupação das pessoas em selecionar o que vão comer. “Quem viaja o mundo todo, volta conhecendo outras opções de fora, criam um vínculo cultural com o país que visitaram e querem encontrar isso também no Brasil”, afirma. “O cliente, principalmente o que pertence a classes mais abastadas, têm reconhecido no alimento seu valor simbólico, nutricional e, ainda, o status que ele representa”.

Ode aos sentidos

Não importa a linha gastronômica que você escolhe. Na ciência multifacetada do comer bem, vale passar por todas as escolas da culinária, contanto que seja obedecida uma única regra: todos os sentidos devem ser aguçados.

Dono de uma rede de restaurantes badalados em Brasília, Dudu Camargo leva os sentidos muito a sério na hora de compor os pratos que integram seus cardápios. Logo que você entra no site do chef (www.duducamargo.com.br), se depara com a seguinte mensagem: *aqui você vai escutar o cheiro, ouvir o aroma e ver todo o paladar. Atiçar seus sentidos é nossa vocação*. “A apresentação do prato é tão importante quanto o aroma ou o sabor, afinal, comemos também com os olhos”, ressalta Dudu.

Há 26 anos no ramo da culinária, o mestre dos sabores tem uma proposta distinta para cada uma das sete

marcas que levam sua assinatura. No entanto, apesar de seguir uma linha contemporânea, italiana, ou até mesmo gourmet, Dudu é maleável e preza sempre por não deixar as opções muito engessadas. “Temos de ter a sabedoria de dar a orientação correta aos clientes. Às vezes, um ingrediente pode ser substituído ou retirado do prato sem prejuízos, mas há casos em que não é possível”, explica. “Estou sempre viajando e trazendo de outras regiões do país e do mundo ingredientes novos, que tento adequar ao público brasileiro”.

Na opinião de Dudu, a qualidade dos alimentos e do serviço prestado pelo estabelecimento também são elementos importantes para compor uma refeição perfeita. “Para comer bem, o ambiente do restaurante precisa ser bacana, com mesas bem montadas, oferecer um bom atendimento, além de opções para agradar a todos os gostos”, enumera.



TENDÊNCIAS

Nouvelle cuisine – desenvolvida na França, na década de 1970, em reação à cozinha tradicional, caracteriza-se por ser elaborada em pouco tempo, com molhos mais leves e menores porções, apresentadas em forma refinada e decorativa. Moderna e inventiva, incorpora técnicas e combinações vindas do estrangeiro. Teve grande influência nos estilos de cozinha de todo o mundo.

Fast Food – a opção mais fácil e rápida para os apressadinhos. Surgida nos Estados Unidos, esse tipo de alimentação tem como característica principal a produção de lanches e acompanhamentos (batatas fritas, empanados) de forma rápida, que deixa de lado a preocupação com os nutrientes dos alimentos. As grandes cadeias de lanchonete são as maiores representantes desta tendência da culinária.

Slow Food – o inverso do fast food, seu princípio básico é resgatar a satisfação das pessoas à mesa, o direito ao prazer da alimentação. Estabelece uma relação entre comida e cultura. Opõe-se à tendência de padronização mundial dos alimentos, defende a qualidade da alimentação e um tempo maior para saborear os alimentos.

Fusion Food – resultado da globalização, tem temperos e ingredientes de toda parte do mundo. As técnicas de preparo e hábitos culturais também fazem da fusion uma cozinha ousada e de grandes descobertas.

TIPOS

CLÁSSICA

Baseada na culinária tradicional, aqui as raízes do passado são bem fortes. É como se você tivesse comendo algo feito no início do século passado. O alimento é preparado com mais gordura, sem foco na dieta.

CONTEMPORÂNEA

É a cozinha que traduz o período em que vivemos, ou seja, tem a ver com temporalidade. Outra forte característica dessa linha gastronômica é a presença, no mesmo prato, de ingredientes típicos das mais diversas culturas.

VANGUARDA

Mais moderna que as demais, utiliza como base a cozinha tecnoemocional. Como o próprio nome diz, essa linha mistura a técnica à emoção, com experimentações em máquinas e utensílios novos, aliadas à bagagem cultural e das raízes do próprio chef.



Fotos: Divulgação

O chef Dudu Camargo: “a apresentação do prato é tão importante quanto o sabor”

Paixão pela culinária

Foi movida pela paixão por comer bem que a chef Ana Toscano resolveu colocar em prática um de seus mais queridos projetos profissionais. Em 2008, ela abriu as portas da Escola de Gastronomia de Brasília, um espaço dedicado à arte da culinária e a integrar todos aqueles

que dedicam parte do tempo aos prazeres da mesa. “Sempre gostei muito de dar aulas e a escola foi a forma que encontrei para dividir os segredos da cozinha com qualquer pessoa que os queira aprender”, comenta Ana.

Adepta das cozinhas mediterrânea e italiana, que pratica no Villa Borghese, a simpática chef não restringe a entrada de nenhuma linha

gastronômica em sua escola. “As aulas agradam a todos. Cada chef, com sua especialidade, ensina o que há de melhor a quem quer aprender a arte da culinária”, afirma a dona do espaço, que oferece cursos de barista, risotos, comida oriental, vinhos, dentre tantas outras opções que enchem os olhos e o paladar.

Independente do tipo de culinária escolhido, o importante

é que cada aluno aprenda a administrar a harmonia entre os temperos, montar um prato visualmente bonito e saboroso. Para levar toda essa diversidade ao público da Escola de Gastronomia, Ana está sempre trazendo novidades de fora. “Vou sempre à Europa conhecer novos ingredientes, e visitar restaurantes que me dêem a oportunidade de trazer algo de inovador para o público de Brasília”.

REGIÕES

Mediterrânea – tipo de cozinha que se pratica na Região Mediterrânea, que compreende países da Europa, Ásia e África. A base desta culinária são o vinho tinto, o azeite e o pão, além de legumes, refogados, peixes e mariscos. Também são características dessa cozinha a variedade de ingredientes, cores, sabores, texturas e a adição de ervas e especiarias.

Oriental – Na Ásia, a culinária é bem diversificada, pois cada país da região tem um estilo próprio. Os chineses, por exemplo, são adeptos da comida feita de forma mais rápida, tipo um fast food, porém mais saudável. A Índia é o país asiático que preserva a maior alimentação baseada em frutas e legumes do mundo. A cozinha tailandesa é leve e tradicionalmente temperada com pimenta e ervas aromáticas. Pode ser tão apimentada como a comida indiana ou temperada com a suavidade da comida chinesa. O charme fica por conta do equilíbrio delicado entre os temperos e os ingredientes básicos e dos ingredientes sempre frescos. O Japão se destaca por uma culinária mais peculiar, super simples e natural, com base principalmente no arroz e nos frutos do mar.



Brasileira – Uma miscelânea de sabores e culturas. Assim, podemos definir a culinária brasileira. Quinto maior país do mundo em extensão territorial, o Brasil sofreu influências do mundo todo na época da colonização e adicionou às receitas européias e africanas os temperos e sabores da terra *brasilis*. A feijoada, prato típico do país, teve origem com a vinda dos escravos africanos. As regiões brasileiras sofreram influências diversas e têm, cada uma, gastronomia bastante peculiar. É o caso do churrasco gaúcho, das delícias baianas, adaptações também dos africanos, os peixes com frutas tropicais da Região Norte, dentre tantos outros pratos.

Mexicana – A maior parte da comida mexicana de hoje é baseada nas tradições regionais, incluindo as astecas e maias, combinadas com a culinária introduzida pelos colonizadores da Espanha. A pimenta está bastante presente em todos os pratos, que tendem a ser bem coloridos por causa da grande variedade de vegetais e carnes. Excessivamente temperada, a culinária mexicana é rica em proteínas, vitaminas e gordura.

A casa, que funciona nos três períodos – manhã, tarde e noite – para atender a todas as exigências, também pode ser o lugar perfeito para comemorar com os amigos uma data especial, enquanto preparam uma comida deliciosa a várias mãos. A escola está sempre aberta para os mais diversos eventos e oferece o espaço às empresas que queiram reunir

seus funcionários em volta da mesa, em uma inovadora confraternização.

Cardápio diversificado

A diversidade na culinária é quase infinita. Se dividirmos a gastronomia brasileira por suas regiões, por exemplo, teríamos rapidamente tipos

diferentes de cozinha: mineira, nordestina, o churrasco gaúcho, a culinária capixaba. Isso, sem contar a tradicional feijoada. Por isso, segmentar as escolas, linhas e tendências gastronômicas pode ser uma tarefa difícil, já que muitas vezes elas se confundem. Há 18 anos no ramo, o chef Pablo Alejandro André, que ensina a arte da culinária aos alunos do Curso de Gastronomia do Insti-

tuto de Educação superior de Brasília (IESB) – dá algumas dicas para reconhecer em um prato os elementos que o inserem em determinada categoria culinária. Para facilitar o trabalho, Pablo sugere que as linhas gastronômicas sejam divididas em três categorias: tipos, regiões e tendências. Assim, da próxima vez que você for a um restaurante, vai saber exatamente o que está pedindo. 🌐

VIVA BEM

A woman with dark hair tied back, wearing a light green jacket and light-colored pants, is sitting in a meditative lotus position on a large, flat, reddish-brown rock. She is looking off to the side, away from the camera. The background is a vast, deep canyon with layered rock formations and some sparse green vegetation on the lower slopes. The sky is not visible.

EM BUSCA DA PAZ INTERIOR

Todos os anos, cerca de três mil trabalhadores entram com pedidos de auxílio doença no INSS apresentando sintomas de estresse. Esse número mostra como é difícil lidar com o desgaste físico e mental no ambiente de trabalho. Pesquisa realizada pelo Ministério da Previdência mostra que só em 2010, 3203 pessoas se afastaram do trabalho por problemas ligados a instabilidade emocional.

Para evitar esse problema, algumas pessoas procuram o esporte como uma válvula de escape. Outros buscam nos remédios uma maneira de controlar essa tensão. Menos procurada, a meditação pode ser uma boa saída para quem sofre com o estresse. No Tribunal de Contas da União (TCU), um grupo de servidores pratica meditação desde novembro de 2010, com resultados animadores.

De acordo com José Ibañez, instrutor de meditação desde 2003, essa prática, se realizada diariamente, traz mais foco e equilíbrio emocional. “A meditação é uma forma de treinar a neutralidade necessária para ver o todo, pensar globalmente e agir efetivamente diante de cada desafio. Trata-se de

agir conscientemente e não de reagir”, explica Ibañez, que é praticante desde 1998.

Entre as diferentes formas de meditação, a Kundalini Yoga está entre as mais procuradas. Adotada pelo grupo de meditação do TCU, a modalidade enfatiza a respiração e o movimento. Cada série de exercícios é realizada em conjunto com a respiração, o que intensifica os efeitos posturais, liberando energia na parte interior do corpo.

De acordo com a auditora federal de Controle Externo e uma das organizadoras do grupo de meditação, Patrícia Barros Martins, o Serviço de Promoção de Saúde e Bem-Estar (SBE) do TCU promoveu um curso de meditação em outubro de 2010 para mostrar como essa prática podia trazer benefícios para o servidor em sua rotina de trabalho. “O curso surgiu como ação do Projeto Criar, voltado para a área de Tecnologia de Informação do TCU. O objetivo foi auxiliar os servidores no gerenciamento de estresse, tendo em vista a demanda grande de trabalho na instituição”, explica Patrícia.

O primeiro grupo tinha 40 pessoas. Porém, com o sucesso da iniciativa, foi ofere-

A PRÁTICA DA MEDITAÇÃO TEM SE TORNADO CADA VEZ MAIS COMUM PARA QUEM PROCURA UMA MELHORA NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

cido outro curso e formado um grupo permanente para a prática de meditação. “Nós procuramos passar alguns conceitos sobre a meditação para o servidor. Isso pode ajudar as pessoas a relativizar as situações, compreender mais o outro, a se auto-observar, a lidar com suas próprias emoções, inclusive as negativas, e a não serem tão reativas nas relações interpessoais”, completa.

Em novembro, o SBE fechou o primeiro grupo de meditação do TCU e, desde então, 20 servidores se encontram duas vezes por semana para meditar. “O grupo teve como finalidade estimular a continuidade dessa prática pelos servidores que participaram do curso. Os encontros têm duração de meia hora. Inicialmente, os servidores fazem exercícios de alongamento e depois, realizam a meditação por 25 minutos”, conta Patrícia.

Os benefícios da meditação em grupo vão além do nível individual. Para o instrutor de meditação José Ibañez, os exercícios em grupo podem mudar o comportamento dos praticantes no ambiente de trabalho. “Meditar em grupo pode melhorar a convivência quando praticada no local de trabalho”, explica.



VIAGEM EM BUSCA DO CONHECIMENTO

A servidora pública Mara Junqueira é uma das que recorreu à prática para se manter forte internamente e lidar melhor com situações adversas. Ela medita há 20 anos e dá uma boa indicação para quem quer iniciar neste caminho. "Hoje tenho

maior concentração, serenidade e estabilidade interna. A meditação me ajudou muito a ter uma percepção ampliada do mundo. Outra coisa: percebi uma diminuição de doenças psicossomáticas, ou seja, problemas que têm origem em desequilí-

brios dos processos mentais", explica Mara.

Para chegar a esse conhecimento, a servidora viaja todo ano para a Índia, onde busca alívio para as tensões do estresse. Ela faz parte de um grupo que pratica o Raja

Yoga, linha do Yoga que trabalha apenas com meditação, deixando de lado posturas físicas e mantras.

"Desde 1996 faço essa viagem para a Índia. Lá, eu busco o aperfeiçoamento da prática da meditação, além

de estudar o Yoga. Acho muito importante fazer essa viagem, pois, quando volto vejo que estou mais serena e estável, pronta para encarar a rotina do dia a dia”, conta Mara, que já foi 12 vezes ao país.

Trabalhos mentais como o Yoga são importantes para aliviar as tensões e o estresse. Mas, de acordo com Mara, a prática da meditação pode trazer outros benefícios. “Com a meditação identificamos os tipos de pensamentos e sentimentos, podendo favorecê-los. Assim, conseguimos uma melhoria na qualidade de vida.

Essa serenidade e equilíbrio interno fazem com que a gente desenvolva uma visão real, e não ilusória, da vida e do mundo. Essa é a maior conquista, porque vemos o mundo como um reflexo do que acontece em nosso interior. Logo, quando eu mudo, o mundo muda para mim”, comenta.

A auditora Bruna Couto também é adepta da meditação. “Recorro a essa prática sempre que posso. A ideia é limpar a mente e orientar melhor as idéias”, conta Bruna, que tem a vida corrida por acumular suas funções de auditora com a atividade de presidente da Auditar.

Meditação

A meditação consiste no melhor direcionamento dos pensamentos com exercícios de respiração, movimento e de reflexão. Meditar é como fazer uma expedição exploratória no interior das nossas mentes. Um processo investigatório que tem dois objetivos. O primeiro é entender como a mente funciona, e o segundo é treiná-la.

Yoga

Segundo pesquisas arqueológicas, o Yoga surgiu há mais de cinco mil anos e sofreu diversas influências históricas, culturais e até religiosas. Sua prática visa expansão da consciência comum para atingir uma consciência maior e ensina a correta utilização do corpo – energias, emoções e mente.

As modalidades mais comuns de Yoga, entre as 108 existentes, são: Hatha Yoga, Ashtanga Yoga, Siddha Yoga, Kundaliní Yoga, Sai Yoga e Kriyá Yoga.

Respaldo na Neurociência

Estudos recentes mostram que a meditação tem sido usada por neurocientistas, psicólogos e outros especialistas como uma importante ferramenta no tratamento de diversas doenças causadas por estresse. Na década de 1960, nasceu nos Estados Unidos a Psicologia Transpessoal – abordagem que focaliza o ser como um todo, ou seja, em suas quatro dimensões: física, mental, emocional e espiritual, tendo como um de seus recursos a meditação.

Hoje, a meditação já tem espaço na medicina convencional, reconhecida como uma técnica complementar nos tratamentos. Em fevereiro de 2006, a agência do governo dos Estados Unidos responsável pelas pesquisas médicas (Institutos Nacionais de Saúde dos EUA, NIH na sigla em inglês) reconheceu formalmente a meditação como uma prática terapêutica que pode ser associada à medicina convencional.

Experiência em presídios

A Índia adotou a meditação como uma forma de recuperar detentos em presídios. O Complexo Penitenciário de Tihar, em Nova Délhi, montou um retiro espiritual, onde os detentos passam cerca de dez dias em silêncio absoluto. A meditação utilizada pelos presos é a Vipássana, uma das mais antigas técnicas indianas que ensinam a eliminar os pensamentos negativos. ●



AS INESQUECÍVEIS CARMENS

ARTUR ADOLFO
COTIAS E SILVA*

Domingo de manhã. Sol claro. Saio de casa, caminho alguns metros protegido pela sombra de algumas árvores, chego à banca de revistas e encontro Carmen. Mais popular do que nunca, vejo-a envolta em um longo vestido vermelho, o decote gene-

roso e provocante; uma flor, também vermelha, prende-se no alto dos longos cabelos negros. O olhar é triste, desconfiado, e o sorriso, ou a falta dele, revela certa amargura no viver. Ao lado de seu nome, em vermelho, vejo grafado o nome Bizet.

É a Carmen de Bizet, personagem central da ópera que o mundo todo conhece desde 1875. A cigana que o cinema reverenciou em mais de um filme. Imediatamente me vem à mente a lembrança da outra Carmen, nascida trinta anos antes, fruto da imaginação criativa de outro notável francês – menos conhecida, porém igualmente inesquecível.

A primeira Carmen foi apresentada ao mundo em 1845, pelo escritor francês Prosper Mérimée (1803-1870), que a descreveu como a feiticeira “Carmencita”, cigana de corpo bem feito, pequena, jovem, de olhos enormes, que ele conhecera certa noite no cais do rio Guadalquivir, em Córdoba, Espanha.

Segundo Mérimée, Carmen tinha a pele tom de cobre, lábios um pouco grossos, mas bem delineados, “dentes mais brancos que amêndoas descascadas”. Os cabelos, um pouco grossos, eram negros, com reflexos azuis como a asa do corvo, longos e lustrosos. Uma beleza estranha e selvagem.

Pela pena do escritor, o destino de Carmen ligou-se ao de Don José Navarro, cabo do exército cuja vida se desviou para a criminalidade depois que ele conheceu a cigana, sendo que Mérimée já o conheceu na condição de criminoso foragido, quan-

do realizava uma excursão arqueológica pela Espanha, nos arredores de Córdoba.

Mérimée salva a vida de Don José e este retribui o favor algum tempo depois, quando o narrador-escritor estava prestes a ser enganado pela cigana Carmen. Tornam-se amigos desde então. Alguns meses adiante na história, de regresso a Córdoba, Mérimée tem notícia de que Don José está preso e vai visitar o amigo, ocasião em que ouve dele o relato que compõe a parte III do conto, justamente o trecho que inspirou Georges Bizet (1838-1875) a escrever a ópera de mesmo nome, composta em quatro atos e que estreou no Ópera-Comique de Paris em 1875 sob um clima de crítica e incompreensão.

A literatura especializada revela que Bizet — que não chegou a presenciar o sucesso de sua criação, pois faleceu logo a seguir, três meses após a estreia — sentiu-se impressionado ao ler Mérimée. Certamente percebeu a teatralidade na história que, dentro do conto, é relatada ao narrador por Don José Navarro. Nela, o soldado basco detalha os tristes acontecimentos que resultaram de seu relacionamento com a cigana Carmen.

O primeiro ato da ópera inicia-se justamente nesse



ponto da história, no início da narrativa transmitida a Prosper Mérimée, abrindo-se com a cena em que Don José conhece Carmen na porta da fábrica de charutos. A cigana trabalhava na Real Fábrica de Tabacos, um grande edifício do século XVIII que se situava fora dos muros da então amuralhada cidade de Sevilha, junto ao rio Guadalquivir, no sul da Espanha, edifício onde hoje se acha instalada a reitoria da Universidade de Sevilha.

Don José está de guarda e Carmen surge entre as operárias, no intervalo do trabalho de manufatura dos cigarros; interessa-se imediatamente por ele e, para desafiá-lo e

conquistar sua atenção, atira-lhe uma flor de cássia ao rosto. Esse gesto talvez tenha arrebatado para sempre Bizet.

A cena se desenvolve e Bizet introduz, na ópera, a figura da personagem Micaela, aldeã apaixonada por Don José e que estabelece triângulo amoroso não imaginado inicialmente por Mérimée, mas que, no teatro, produz belo efeito, especialmente no dueto em que Don José e Micaela cantam a ária *Parle-moi de ma mère!*.

No segundo ato da ópera, a Carmen de Bizet é convidada a se envolver em operações de contrabando de mercadorias inglesas intro-

duzidas na Espanha. Bizet nos apresenta Carmen como trabalhadora e até certo ponto inocente, enquanto Mérimée a criara maliciosa, ladra contumaz e, na verdade, chefe dos contrabandistas, posto que assumiu depois da prisão de seu *rom*, seu marido cigano, Zarollo. Diferenças que se acentuam à medida que a história se desenrola.

No terceiro ato, Don José se bate em duelo com o toureiro Escamillo por ciúmes de Carmen. Na perspectiva de Mérimée, o toureiro que forma o triângulo amoroso e provoca o ciúme de Don José chama-se Lucas, e ele jamais duela com Don José. É o acidente com um touro que o afasta



da disputa pelo amor de Carmen. O duelo certamente pareceu mais teatral a Bizet.

No quarto e último ato, a liberdade de Bizet sobre a obra de Mérimée atinge o seu auge. A única semelhança com o conto é a cena – teatral até às vísceras – de Carmen atirando fora o anel que Don José lhe dera. O resto todo é criação de Bizet, é encenação teatral que não emana do conto, com a ressalva de que em ambos, no conto e na ópera, Carmen e Don José alcançam o mesmo destino, embora sob circunstâncias diferentes.

Lendo o conto de Mérimée, nós, brasileiros, percebemos

algo de semelhante na história do casal espanhol da ficção, Carmen e Don José, em relação a outro casal brasileiro da vida real, Maria Bonita e Lampião. O mesmo desvio involuntário para a criminalidade. O caminho sem volta.

Os cuidados e o desvelo da mulher para com o homem bandido que se torna seu marido. Esses traços comuns, que certamente também são notados em casais de histórias de outros países, denotam a universalidade e o realismo do conto de Mérimée, características que tornaram a obra imortal e ajudaram a levar Carmen ao teatro e ao cinema, e a trouxeram até nossos dias.

Ao som das árias famosas, notadamente a *Habanera*, a Carmen de Bizet segue imortal. Dentro dela, em silêncio, vive a Carmen de Mérimée. Não creio que haja edições novas, de maneira que se alguém quiser conhecer a Carmen original, a “Carmencita” de Mérimée, a fim de complementar o conhecimento que tem da cigana de Bizet, talvez seja necessário ir a um bom sebo de sua cidade e procurar pelo livro de contos do escritor.

Não pretendo afirmar qual delas seja mais intensa, mais verdadeira, mais espanhola. Ambas, no entanto, são inesquecíveis. ●

* **Artur Adolfo Cotias e Silva** é auditor federal de Controle Externo

Auditar organiza Seminário Desafios do Poder Legislativo

A Auditar organizou nos dias 21 e 22 de março, o Seminário Desafios do Poder Legislativo, que reuniu especialistas em política, jornalistas, parlamentares, consultores legislativos e universitários no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Promovido em parceria com a Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal (Alesfe), Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis) e Sindicato dos Servidores do Legislativo Federal (Sindilegis), o evento inovador debateu temas como sistema eleitoral e partidário, representação política, função fiscalizadora do Congresso, qualidade da democracia, carreira parlamentar, cultura política e cidadania. Participaram, entre outros, o ministro José Múcio Monteiro e o auditor Marcelo Bemerguy, ambos do TCU.

Saiba tudo sobre o TCU

Antes restrito a associados, o clipping da Auditar agora está aberto a todos os interessados em acompanhar os fatos relacionados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Basta acessar o site www.auditar.org.br e clicar no banner "Clipping" para ler as principais notícias do dia sobre controle externo e administração pública.

Alerta

Lucas Rocha Furtado foi reconduzido pela sexta vez consecutiva ao cargo de procurador-geral do Ministério Público de Contas junto ao TCU. O procurador já está há mais de uma década na função.

Bono Vox e MCCE unidos pela igualdade e democracia

Representantes da organização ONE Internacional, fundada por Bono Vox, vocalista da banda irlandesa U2, se reuniram no dia 9 de abril, em São Paulo, com o juiz Márlon Reis, membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), organização patrocinada pela Auditar. No encontro, a entidade internacional encaminhou ao MCCE documento solicitando informações detalhadas sobre o movimento popular que gerou a Lei da Ficha Limpa, que será válida a partir das próximas eleições em todo o território nacional. Para representantes do MCCE esse contato é uma oportunidade de estreitar laços em prol da igualdade e democracia em diversos países.

Concurso no TCM-BA

No dia 15 de abril, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia a Lei nº 12.207, que define a composição e a competência do Ministério Público Especial de Contas (MPEC), junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA). Segundo a lei, o MPEC funcionará com um procurador-geral e três procuradores, dispostos em quatro classes. Para preenchimento das vagas de procuradores, deverá ser feito concurso, que exigirá diploma de bacharel em Direito e, no mínimo, três anos de atividade jurídica. O salário inicial será de R\$16.811,06. Segundo o presidente do TCM-BA, Paulo Maracajá Pereira, o objetivo é realizar o concurso até junho de 2011."

Duas mil pessoas participam da Corrida Venceremos a Corrupção

No dia 12 de dezembro, duas mil pessoas, entre adultos e crianças, participaram na Esplanada dos Ministérios da Corrida Venceremos a Corrupção, patrocinada pela Auditar. O evento foi organizado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Contas Abertas, Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) e Comunidade de Inteligência Policial e Análise Evidencial (Cipae). Confira as fotos da competição:



Fotos: Cristiano Eduardo



Auditar ganha nova Diretoria e Conselho Fiscal 2011

Em um processo eleitoral inovador, a Auditar conheceu no dia 12 de abril a nova Diretoria e Conselho Fiscal 2011. Eduardo Dodd Gueiros será o presidente e Dario Favo Corsatto, o vice-presidente. A votação ocorreu exclusivamente pela internet, o que trouxe mais segurança, rapidez e economia ao processo, que antes era feito por meio de cédulas. A empresa Citmake desenvolveu um sistema especialmente para garantir com rigor o nível de segurança da eleição. Durante todo o processo, o sistema ficou aberto à inspeção dos auditores. A inovação tecnológica ressalta a conduta de transparência da Auditar e aponta que a internet será uma ferramenta permanente nos processos eleitorais da entidade a ser utilizada, por exemplo, no processo Indique seu candidato a ministro.

- Presidente: Eduardo Dodd Gueiros
- Vice-Presidente: Dario Favo Corsatto
- Diretor de Controle Externo: Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira
- Diretor Administrativo e Financeiro: Lúcio Flávio Ferraz
- Diretor de Prerrogativas Profissionais: Rita de Cássia Antunes Gomes Mascarenhas
- Diretor de Comunicação Social: André Anderson de Oliveira Barbosa
- Diretor Parlamentar e Jurídico: Gledson Pomper Corrêa da Costa

CONSELHO FISCAL

- Almir Serra Martins Menezes Neto
- Angerico Alves Barroso Filho
- Eduardo Duailibe Murici
- Fernanda Marina Oga
- João Batista Ferreira Junior

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS NOS PROGRAMAS AUDITADOS PELO TCU

MELCHIOR SAWAYA NETO*

Os programas públicos representam instrumento de mudança implantado pelo governo com a finalidade de atacar determinado problema. Para analisá-los, portanto, devem ser desenvolvidos mecanismos de avaliação e controle que permitam aos gestores obter informações sobre como o programa vem executando suas atividades principais no sentido de alcançar seus objetivos. As informações a serem geradas devem ser essenciais para a gestão, no sentido de proporcionar evidências sobre a eficiência, a efetividade e a eficácia das principais etapas do programa

Deve-se destacar também que um programa bem sucedido representa a melhor escolha que o governo poderia fazer para atacar determinado problema, dentro de um leque de alternativas

disponíveis. Em outras palavras, o programa, no momento de sua implantação, deve representar a solução mais custo-efetiva existente para combater determinado problema. Dado que os programas devem ser analisados de forma dinâmica, a solução mais custo-efetiva hoje pode não ser a mesma de amanhã. Os problemas mudam, à medida que o tempo passa, sendo importante monitorar se os objetivos vêm sendo alcançados e se outros problemas estão surgindo.

A estratégia sugerida adota como premissa que as peças mais relevantes do programa são seus resultados. A gestão do programa deve ser avaliada principalmente pelos resultados alcançados. Isso não quer dizer que as atividades e produtos sejam irrelevantes, muito pelo contrário, essas etapas são essenciais para consecução dos objetivos. Segundo o Banco Mundial (1996), os programas podem ser considera-

dos como “experimentos para a solução de problemas adotados em um mundo de incertezas”. Por essa perspectiva, os programas representam processo estruturado de aprendizagem sobre como resolver problemas.

Nas próximas seções serão apresentadas as diversas etapas em que se estruturam os programas públicos. Diferentes tipos de abordagem de controle devem ser empregados na avaliação dessas etapas. Nesse contexto, será apresentado como a avaliação de resultados representa etapa fundamental de controle e, de forma específica, como a avaliação de impacto contribui para a estratégia de controlar resultados.

ENFOQUES UTILIZADOS PARA AVALIAR DIFERENTES ETAPAS DOS PROGRAMAS

Conforme Figura 1, as etapas dos programas públicos dividem-se em dois grandes grupos: i) etapas de implantação e ii) etapas de resultado. Em termos de implantação, a primeira etapa está associada aos insumos ou recursos requisitados para a realização das atividades do programa. Esses recursos são as dotações de pessoal, equipamentos e recursos financeiros necessários para a operacionalização dos programas. Esses recursos são empregados nas atividades de capacitação, promoção ou fornecimentos de produtos ou serviços executados pelos programas. Finalmente, como terceira e última etapa da fase de

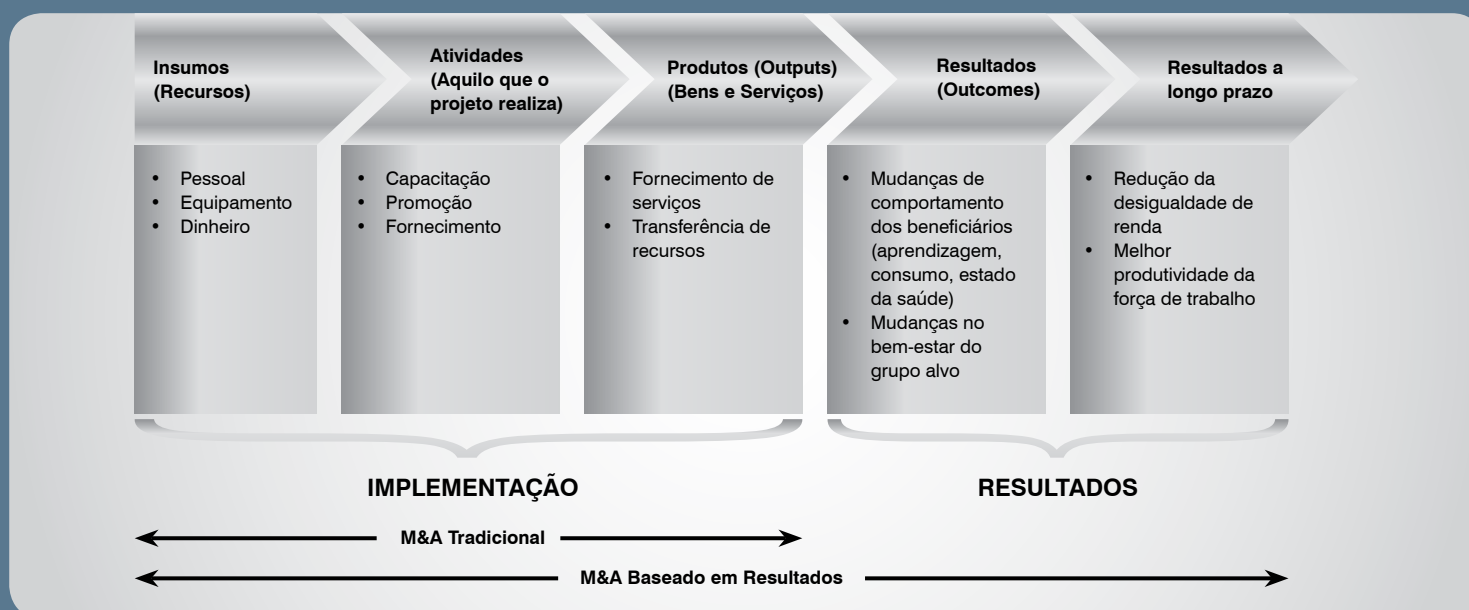


Figura 1 – Cadeia de Resultados de Programas Públicos

implantação, as atividades geram ou produtos ou “outputs” que são disponibilizados aos participantes do programa.

Deve ser destacado, conforme Banco Mundial (1997), que a fase de implantação é representada pelas etapas em que os gestores públicos possuem responsabilidade direta pelo êxito do programa. Nessa fase os gestores contratam as pessoas, adquirem os equipamentos e aplicam os recursos de forma a realizar as atividades da melhor forma possível com o objetivo de alcançar os melhores produtos. Por sua vez, nas etapas subsequentes, os demais agentes privados, participantes dos programas, também influenciam nos resultados alcançados.

A segunda fase dos programas públicos é a relacionada a resultados. Resultados de curto prazo, associados a mudanças provocadas pelo programa no bem-estar dos participantes, e resultados de longo prazo associados a melhorias sociais, tais como: i) redução na pobreza e na desigualdade; ii) melhoria na produtividade da força de trabalho e no crescimento econômico. Deve ser ressaltado que para que um programa seja bem sucedido outros fatores, fora da alçada dos gestores, tais como estado geral da economia (se está em recessão ou passando por um “boom”) e o nível de interesse e motivação dos participantes e outros agentes privados, que contribuem para a realização de atividades dos

programas, representam fatores fundamentais.

Os controles realizados pelo TCU, potencialmente, podem seguir essa mesma lógica. Podem existir trabalhos em que o enfoque principal ocorra na fase de implantação, ou trabalhos que focalizem os resultados dos programas. Idealmente, a estratégia de controle adotada para avaliar determinado programa deveria observar todas as etapas do mesmo. Em sociedades democráticas em que a população se interessa pela eficácia das despesas públicas, financiada pela cobrança de impostos, devem ocorrer avaliações que informem não somente da regularidade dos recursos aplicados, mas também sobre o resultado dos programas públicos.

A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO PARA AS ATIVIDADES DE CONTROLE

A avaliação de impacto representa as técnicas estatísticas aplicadas para mensuração dos resultados de curto prazo presentes na figura 1. A avaliação de impacto procura identificar os efeitos nos indivíduos, famílias, empresas, escolas e no meio-ambiente causado por alguma atividade pública tal como um projeto, programa ou ação. As avaliações de impacto também contribuem para medir o grau de focalização das políticas nos segmentos menos abastados da população e a magnitude dos efeitos das políticas no bem-estar dos beneficiários da política.

A utilidade da avaliação de impacto decorre de diversos fatores. Primeiramente, as técnicas de avaliação de impacto procuram medir os efeitos puros ou isolados dos programas no bem-estar dos diferentes participantes. Deve ser destacado que outros fatores, diferentes do programa, também influenciam em seus resultados. Por exemplo, em um programa de capacitação profissional, a geração de emprego

também estará influenciada pelo grau de aquecimento da economia. Programas bem adotados poderiam não gerar resultados satisfatórios pelo fato de a economia estar em recessão. Nesse caso os gestores não deveriam ser responsabilizados pelo fracasso da iniciativa.

Em segundo lugar, as avaliações de impacto ajudam os gestores dos programas a tomar decisões mais apropriadas de expansão, modificação ou eliminação de projetos, programas ou políticas. Os programas públicos devem ser considerados de forma dinâmica sendo sua implantação e objetivos passíveis de serem modificados caso as necessidades anteriormente detectadas sejam supridas. Essas mesmas informações, segundo Licona (2008), também melhoram o nível de informação ou “accountability” das pessoas sobre a efetividade das políticas públicas.

Algumas dificuldades para sua implantação em larga escala, por sua vez, são: i) o seu alto custo, que segundo dados do Banco Mundial, podem variar de US\$ 200 mil até US\$ 900 mil, dependendo do tamanho e da complexidade do programa, além de questões relacionadas à coleta de dados; ii) as pessoas que devem desempenhar essas análises devem

ser altamente qualificadas, dominando habilidades estatísticas e de análises setoriais relacionadas aos temas avaliados; iii) o tempo requerido para realização de avaliações, segundo o Banco Mundial, pode levar até 2 (dois) anos.

CONCLUSÃO

A avaliação de programas, para ser completa, deve ser executada em suas diversas etapas. Tanto as etapas de implantação como as de resultado devem fazer parte da estratégia de controle. As técnicas a serem empregadas para as diversas etapas são distintas, porém, complementares. Na fase de implantação é muito importante observar se o programa público está executando atividades que realmente atacam determinado problema de forma eficiente e eficaz. Nessa etapa é muito importante observar se os programas estão sendo bem focalizados e se as ações desempenhadas pelos gestores estão adequadas.

Nas etapas de resultado, por sua vez, é muito importante averiguar se os programas estão modificando a situação dos participantes ou beneficiários dos programas. Nesse sentido é muito importante empregar técnicas estatísticas que consigam isolar o

impacto do programa em relação ao impacto de outras variáveis, que também concorrem para a geração dos resultados. Assim, as técnicas de avaliação de impacto representam instrumental que auxiliam os auditores na correta determinação dos efeitos dos programas. Elas, preferencialmente, devem fazer parte e guardar complementaridade com outras técnicas de natureza quantitativa e qualitativas, empregadas em auditorias do TCU.

BIBLIOGRAFIA

Banco Mundial: Performance Monitoring Indicators – A handbook for task managers. Operations Policy Department. Washington D.C, 1996.

Banco Mundial: The Logframe Handbook – A logical framework approach to project cycle management. Washington D.C, 1997.

Licona, G.H: Evaluación de la Política Social: Un Cambio Institucional en México. XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 2008. 

* **Melchior Sawaya Neto** é auditor Federal de Controle Externo, doutor em Economia Aplicada pela Universidade Autônoma de Barcelona.



auditar

UNIÃO DOS AUDITORES FEDERAIS DE CONTROLE EXTERNO

www.auditar.org.br